

1 **REUNIÃO DA CAMARA TÉCNICA DE ATIVIDADES MINERÁRIAS ENERGÉTICAS E DE INFRA-ESTRUTURA**
2 **BRASÍLIA, 22 DE JUNHO DE 2007**

3
4 **Marcelo Assis –Assessor Técnico da Secretaria Executiva do CONAMA**
5

6 Gente, boa tarde. Meu nome é Marcelo Assis, sou assessor técnico da Secretaria Executiva do CONAMA. Na
7 impossibilidade de comparecimento do doutor Nilo, vou fazer a abertura dessa reunião. Como essa é a primeira
8 reunião da Câmara Técnica nessa nova constituição que vale para 2007 a 2009, o regimento manda que a Câmara
9 seja renovada a cada dois anos, e nessa primeira reunião até que se faça a reunião do Presidente, o regimento diz
10 que a reunião é conduzida pela Secretaria Executiva do CONAMA. Como essa é a primeira reunião, nem todo
11 mundo conhece o CONAMA a gente está fazendo uma breve apresentação de como funciona o CONAMA. O
12 CONAMA é um órgão colegiado de caráter normativo, deliberativo e consultivo do SISNAMA. Tem como finalidade
13 assessorar estudar e propor ao Conselho de governo diretrizes e políticas para o Meio Ambiente e Recursos
14 Naturais e deliberar no âmbito de sua competência sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente
15 ecologicamente equilibrado e essencial a sadia qualidade de vida. Competências do CONAMA. Estabelecer
16 normas e critérios para o licenciamento de atividades potencialmente ou efetivamente poluidoras, e também
17 normas e padrões nacionais de controle de poluição veicular e acompanhar a implementação do Sistema Nacional
18 De Unidades De Conservação e decidir em última instância sobre as penalidades impostas sobre o IBAMA. A
19 composição do CONAMA hoje. Ele tem a representação da Ministra que preside o Conselho, o Secretário
20 Executivo do Meio Ambiente que é o Secretário Executivo também, o Governo Federal hoje participa com 37
21 membros que são os Ministérios, além do Ministério do Meio Ambiente participa a ANA e IBAMA e as Secretarias
22 de Governo e a Casa Civil no caso. Os Governos Municipais são oito representações, sociedade civil, 21, Setor
23 Empresarial são oito representações, e ainda tem um membro honorário que é eleito por mandato de dois anos e
24 renovável por mais dois. Participam também como convidados sem direito a voto o Ministério Público estadual, o
25 Ministério Público Federal e a Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados. Câmaras Técnicas do
26 CONAMA. Hoje a gente tem onze Câmaras Técnicas. Nem sempre foi assim, isso já mudou com o regimento, já
27 teve Câmara Técnica temporária, hoje as Câmaras Técnicas são permanentes e são essas aí relacionadas.
28 Assuntos internacionais, atividades minerais, essa que estamos reunindo hoje, Biodiversidade Fauna e Recursos
29 Pesqueiros, Controle e Qualidade Ambiental, Economia e Meio Ambiente, Educação Ambiental, Florestas e
30 Atividades Agrossilvopastoris, Gestão Territorial e Biomas, Saúde, Saneamento Ambiental e Gestão de Resíduos,
31 Unidades de Conservação e Demais Áreas Protegidas e Assuntos Jurídicos. A gente vai falar sobre a função dela
32 um pouco a frente. Normalmente o CONAMA, ele pode atuar elaborando Resoluções, Moções e Recomendações.
33 Normalmente, a maioria dos atos são Resoluções que normalmente começam quando qualquer Conselheiro pode
34 propor uma Resolução e essa Resolução depois de um parecer da área técnica competente do Ministério, ela é
35 submetida a uma Câmara Técnica que tenha mais afinidade com o assunto. A Câmara Técnica, dependendo do
36 nível que seja a proposta, ela pode criar um Grupo de Trabalho. Isso não é obrigatório. O Grupo de Trabalho ele
37 se debruçaria mais sobre o assunto, trabalharia e apresentaria já uma proposta mais amadurecida para a Câmara
38 Técnica. No Grupo de Trabalho a participação é aberta e normalmente não há votação, as decisões são tomadas
39 por consenso. Às vezes quando não é possível consenso, retorna para a Câmara Técnica esse dissenso para a
40 Câmara Técnica realmente deliberar por votação. Passando pela Câmara Técnica específica, toda Resolução tem
41 que passar pela Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, que vai avaliar a constitucionalidade, a legalidade, a
42 técnica legislativa no caso. Passando pela jurídica, isso volta, isso vai para o plenário sendo aprovada no plenário
43 é publicada no Diário Oficial da União. Câmaras Técnicas. Cada Câmara Técnica é formada por até sete
44 Conselheiros, sendo que cinco são definidos por indicação, são cinco segmentos no CONAMA, Governo Federal,
45 Governos Estaduais, Governos Municipais, Entidades da Sociedade Civil e Setor Produtivo. Cinco são indicações
46 e duas são por eleição. O processo deliberativo na Câmara Técnica se dá por maioria simples dos membros mais
47 um, que seria o quorum de quatro. Ausência do membro por três reuniões consecutivas ou quatro alternadas
48 implica na exclusão do órgão na Câmara Técnica. Todas as reuniões são públicas sendo que a palavra aqui no
49 caso é exclusiva dos Conselheiros, mas pode ser dada à platéia sempre que solicitada e dependendo da condição
50 do Presidente também a palavra pode ser totalmente aberta. Competências da Câmara Técnica. Propor à
51 Secretaria Executiva itens de pauta das reuniões. Elaborar, discutir e aprovar e encaminhar matérias ao plenário
52 quando referente à Agenda Nacional de Meio Ambiente e também ao CIPAM que é o Comitê de Integração de
53 Políticas Ambientais. Decidir emitir parecer sobre consulta vinda da Secretaria Executiva, solicitar à área técnica
54 competente dentro do Ministério do Meio Ambiente a participação de especialistas e a Câmara Técnica de
55 Assuntos Jurídicos como a gente falou cabe examinar constitucionalidade e legalidade e técnica legislativa das
56 matérias. Competências da Câmara Técnica de Unidades Minerárias e Energéticas de Infra-Estrutura. Ela tem
57 como competência estabelecer normas e padrões para o controle de atividades de infra-estrutura relacionadas por
58 Meio Ambiente e normas e critérios para o licenciamento ambiental de atividades potencial e efetivamente
59 poluidoras. No caso, relacionadas à essa área de atuação dela. A página do CONAMA, eu acho que todos
60 conhecem, mas é sempre bom divulgar, onde a gente coloca todas as matérias. Isso seria a página do CONAMA,
61 onde a gente traz o que é o CONAMA, as Resoluções, as reuniões, tudo a gente divulga pelo site. Aí no caso do
62 CIPAM e Câmaras Técnicas, todos os documentos estarão lá. Documentos disponibilizados no sitio do CONAMA.
63 A gente disponibiliza na página da Câmara Técnica, na página da reunião e na página do processo e uma vai
64 abrindo outra. Nas Câmaras Técnicas um exemplo a de Saúde, os Conselheiros e os processos também são

65 disponibilizados aí. A próxima a gente repete lá agora na página da reunião. Na página da reunião, uma reunião
66 específica a gente coloca convocação, pauta, os processos em pauta com seus respectivos documentos. Na
67 página do processo, normalmente a gente vai colocar dentro de uma proposta de Resolução todas as versões
68 dessa Resolução, incluindo versão limpa e versão suja que a gente chama. Sucessivas versões das Resoluções a
69 gente preserva a memória de como ela entrou na reunião, das alterações que ela sofreu na reunião e o resultado
70 disso, e a gente está sempre divulgando para se tiver algum erro que se possa detectar isso. Então seria só isso,
71 uma apresentação, eu agradeço a todos, dou boas-vindas a todos e agradeço em nome da presidência. Em
72 seguida eu gostaria que se apresentassem os membros da Câmara Técnica e em seguida também como tem
73 pouca gente também o pessoal da platéia.

74
75 **Rosalvo de Oliveira Júnior – Ministério da Integração Nacional**

76
77 Eu sou Rosalvo Júnior, Engenheiro Agrônomo do Ministério da Integração Nacional.

78
79 **João Emílio Freire – Federação Nacional dos Transportes**

80
81 João Emílio Freire, sou Representante da Federação Nacional de Transportes.

82
83 **Francisco Geraldo Pereira da Silva – ANAMMA**

84
85 Francisco Geraldo Pereira da Silva Representante da ANAMMA/RJ.

86
87 **Marcos Carnaúba – Governo do Estado de Alagoas**

88
89 Engenheiro Civil Marcos Carnaúba, Representando o Governo de Alagoas.

90
91 **Maurício Borato Viana – Entidades Ambientalistas da Região Sudeste**

92
93 Maurício Borato Viana, Representante das Entidades Ambientalistas do Sudeste.

94
95 **Marcelo Assis –Assessor Técnico da Secretaria Executiva do CONAMA**

96
97 Eu pediria ao pessoal que se apresentasse.

98
99 **Marcelo Lacerda – PATRI**

100
101 Marcelo Lacerda eu sou da PATRI, relações governamentais.

102
103 **Alessandra Toledo – IBAMA**

104
105 Eu sou Alessandra Toledo, trabalho atualmente no IBAMA na área de licenciamento aqui no Distrito Federal.

106
107 **Nóris Diniz – Ministério de Minas e Energia**

108
109 Sou diretora de Geologia de Produção Mineral na Secretaria de Geologia no MME.

110
111 **Francisco José Sadeque – Ministério de Minas e Energia**

112
113 Francisco José Sadeque do MME, Departamento Nacional de Produção Mineral.

114
115 **Beatriz Barcelos – Elabore Consultoria**

116
117 Beatriz Barcelos da Elabore Consultoria.

118
119 **Roberto Alves Monteiro – Ex-Conselheiro Honorário do CONAMA**

120
121 Engenheiro Roberto Monteiro da Secretaria De Recursos Hídricos no Ministério do Meio Ambiente e Ex-
122 Conselheiro Honorário do CONAMA.

123
124 **Emanuel Tobias – Ministério dos Transportes**

125
126 Emanuel Tobias, Representando o Ministério dos Transportes.

127
128 **Manfredo Cardoso – ANA**

129
130
131
132
133
134
135
136
137
138
139
140
141
142
143
144
145
146
147
148
149
150
151
152
153
154
155
156
157
158
159
160
161
162
163
164
165
166
167
168
169
170
171
172
173
174
175
176
177
178
179
180
181
182
183
184
185
186
187
188
189
190
191
192

Manfredo Cardoso, Representante da ANA.

Willian - Votorantim

Geólogo Willian, Representante da Votorantim.

Jonas Fonseca – Petrobras

Jonas Gerente de Exploração e Produção de Petróleo da Petrobrás.

Alvaro Souza – IBP

Álvaro Souza, consultor do IBP.

Denise Pinho - IBP

Denise Pinho IBP, participante do Grupo de Trabalho.

Helder Ferreira – IBP

Hélder Ferreira também do Grupo de Trabalho para a revisão da CONAMA 293 interno no IBP.

Marcos Lisboa – Petrobras

Marcos Lisboa, trabalho na Petrobrás e sou representante da Petrobrás no Grupo de Trabalho do CONAMA.

Marcelo Assis –Assessor Técnico da Secretaria Executiva do CONAMA

Bem, o próximo item da pauta seria eleição do Presidente e do vice. Então, eu consulto aos membros da Câmara Técnica se alguém se apresenta como candidato à presidência.

Rosalvo Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional

Ministério da Integração apresentou sua candidatura à presidência da Câmara Técnica junto aos segmentos e junto a reunião do segmento do Governo Federal, não houve objeção do Ministério na nossa entidade, no grupo que a gente representa não houve objeção que o Ministério viesse a presidir essa Câmara, porque inclusive um de seus objetivos, a discussão da infra-estrutura e o Ministério da Integração Nacional tem como uma de suas funções legais a elaboração e a execução da Política Nacional de Ordenamento Territorial, onde a questão da infra-estrutura ela é fundamental para a definição dessa política. Também é um órgão dos 37 do Governo Federal que nos últimos quatro anos a gente carrega isso com muita honra, não é Marcelo? Nós estamos entre os três órgãos do Governo Federal que nunca faltamos a nenhuma reunião do CONAMA. Então isso para a gente é uma honra, isso demonstra o grau de importância que a gente dá a este Conselho e às Câmaras Técnicas. Terceiro, a gente só veio para essa Câmara, porque na realidade a gente queria continuar na Câmara de Gestão Territorial e Bioma, mas não pudemos continuar por força do regimento interno, porque só permite dois mandatos na Câmara. Então, a gente está vindo para esta Câmara e quem sabe daqui a dois anos poder voltar para a outra Câmara. O quarto é que também viemos para esta Câmara com apoio do pessoal do Ministério das Minas e Energia face aos trabalhos que a gente fez muito junto com ele e numa combinação de que o Ministério das Minas e Energia a sua estrutura e órgãos vinculados dariam todo o apoio ao desenvolvimento dos trabalhos se assim os Conselheiros decidirem desse Ministério ficar na presidência acredito que também se não ficar vai dar também porque o importante é o debate e as decisões que a gente tomar porque no fundo tudo acaba lá no plenário, de apoio ao funcionamento da Câmara, aos estudos, enfim, tudo o que for necessário. Por fim, talvez menos importante, mas um pouco do que a gente é especialista em planejamento energético e então ajudaria um pouco nos debates que a gente possa fazer com relação às questões energéticas. Já que é uma Câmara de Atividades Minerárias, Energética e Infra-Estrutura. No mais, colocamos aí a nossa candidatura à presidência da Câmara.

Marcelo Assis –Assessor Técnico da Secretaria Executiva do CONAMA

Só lembrando a informação que no caso o regimento estabelece que a Câmara Técnica seja presidida por um de seus Conselheiros titular ou suplente. Então, no caso a única limitação do representante ele tem direito a voz e voto, mas não pode presidir a Câmara Técnica. Consulto se haveria mais alguma candidatura.

João Emílio Freire – Federação Nacional dos Transportes

193 Eu gostaria de consultar o nosso setor das confederações.

194
195 **Maurício Borato Viana – Entidades Ambientalistas da Região Sudeste**

196
197 Marcelo, enquanto isso eu acho que você podia explicar para a gente como vai ser o papel do Presidente, do vice-
198 presidente e do relator que estaria mais para frente aqui.

199
200 **Marcelo Assis –Assessor Técnico da Secretaria Executiva do CONAMA**

201
202 É, o Presidente a ele cabe conduzir as reuniões, organizar em conjunto com a secretaria do CONAMA a pauta e
203 dar esses encaminhamentos. O vice-presidente substitui o Presidente na eventual ausência dele, e lembrando
204 assim que o Presidente é a instituição, não é a pessoa, então na ausência do Conselheiro titular o suplente
205 também pode presidir sem problema. Na ausência do titular e suplente o vice-presidente presidiria. O relator teria
206 como função mais fazer a ata da reunião, e eventualmente relatar alguma coisa em plenário, mas normalmente
207 isso também é negociado e quem acaba relatando é o Presidente da Câmara Técnica quem relata e às vezes dá a
208 palavra ao Coordenador de Grupo de Trabalho.

209
210 **Maurício Borato Viana – Entidades Ambientalistas da Região Sudeste**

211
212 A ata da reunião não é feita pela própria Secretaria Executiva?

213
214 **Marcelo Assis –Assessor Técnico da Secretaria Executiva do CONAMA**

215
216 Muitas vezes a gente faz, porque os relatores não fazem o trabalho, a gente acaba fazendo para ter o resultado.

217
218 **Maurício Borato Viana – Entidades Ambientalistas da Região Sudeste**

219
220 É porque parece que na Internet disponibilizam sempre a transcrição inteira, litoral da reunião e só os resultados,
221 eu nunca vi uma ata assim.

222
223 **Marcelo Assis –Assessor Técnico da Secretaria Executiva do CONAMA**

224
225 Não, porque realmente muitas vezes a gente não conseguiu ainda um relator que fizesse essa ata como deveria
226 ser feita. É uma ata simplificada, onde a gente divulga o resultado e a transcrição para quem quiser consultar.

227
228 **Roberto Alves Monteiro – Ex-Conselheiro Honorário do CONAMA**

229
230 Eu sou Ex-Conselheiro Honorário, Roberto Monteiro. Na verdade esse papel de relator sempre ficou um papel um
231 tanto quanto confuso, porque efetivamente quem faz o papel de fato da relatoria até com as transcrições e tudo, é
232 a própria Secretaria Executiva do CONAMA. Então já na época em que eu estava no mandato eu já tinha proposto
233 isso e provavelmente isso venha a acontecer na revisão do regimento, que a relatoria especificamente seja não a
234 relatoria da Câmara, que essa é exercida pela própria relatoria, no sentido de apoio da própria Câmara, mas sim
235 que na mudança de regimento se coloque relatores de matéria. E então há uma matéria específica, importante, um
236 projeto, e então tem um relator coordenador dessa matéria. Então, isso talvez aperfeiçoe melhor o papel do relator
237 nesse processo. Mas isso ainda é sugestões para uma futura revisão de regimento que me parece que está
238 programada.

239
240 **João Emílio Freire – Federação Nacional dos Transportes**

241
242 Bom, consultando as demais entidades empresariais, foi proposto que a CNT propusesse a candidatura à
243 presidência, pelo sentido de que nossa representação nós trabalhamos muito com a parte portuária, e dentro de
244 uma das associações, a associação brasileira de terminais portuários, inclusive a Petrobrás é associada. E nós
245 temos uma ligação também muito grande com o setor minerais, porque as grandes mineradoras são também
246 detentoras de terminais portuários e há toda uma convergência natural de interesses. Na realidade a atividade
247 portuária como o Presidente Lula tem destacado agora, se encontra num momento como uma atividade estratégica
248 para o país, onde os problemas precisam de um, eu não diria um tratamento especial, mas pura e simplesmente
249 de soluções e de exame detalhado. E acredito que essa Câmara poderá ser uma excelente oportunidade para que
250 a gente possa discutir vários dos problemas que afetam aos portos e a outra parte de infra-estrutura também é dito
251 aqui que é extremamente importante. Por isso o pleito da CNT. Muito obrigado.

252
253 **Marcos Carnaúba – Governo do Estado de Alagoas**

254
255 Carnaúba, Representante de Alagoas, ex-conselheiro da época do Roberto, quando ele era mais moço e eu
256 também. Com o devido respeito à candidatura do Engenheiro Agrônomo do Ministério da Integração Nacional, são

257 37 Ministérios, então pela relevância todas as Câmaras Técnicas seriam pelo raciocínio presididas pelo
258 representante do Ministério. Nada a opor, mas eu acho que deveria haver uma participação na chapa de uma
259 instituição civil junta, porque senão há uma tendência, digamos, do Governo Federal direcionar. Quanto ao apoio
260 do Ministério às reuniões, se os Ministérios não derem apoio, as reuniões não ocorrerão, é isso que eu queria
261 colocar e se houver uma vacância, Alagoas se candidata à vice presidência ou suplência.
262

263 **Maurício Borato Viana – Entidades Ambientistas da Região Sudeste**
264

265 Mais um esclarecimento. No âmbito das votações o Presidente vota ou só vota em caso de desempate.
266

267 **Marcelo Assis –Assessor Técnico da Secretaria Executiva do CONAMA**
268

269 Ele vota e também tem o voto de qualidade. No caso de haver empate, ele pode votar duas vezes. Então seriam
270 só essas candidaturas à presidência, a gente passa à eleição, tenta um conceito?
271

272 **Marcos Carnaúba – Governo do Estado de Alagoas**
273

274 Eu estou numa vice em qualquer rumo. É o primeiro dia que eu chego depois de dez anos, primeira vez que eu
275 estou retornando e voltar com uma presidência é querer estar com um gado mais rico.
276

277 **Marcelo Assis –Assessor Técnico da Secretaria Executiva do CONAMA**
278

279 Agora sempre lembrando que o Presidente tem que ser Conselheiro... O senhor vota em plenário? Então
280 tudo Bem. Então vamos fazer uma votação, vocês querem fazer nominal, por cédulas ou tenta-se uma
281 composição? Podemos fazer por cédulas, o que vocês preferirem.
282

283 **Marcos Carnaúba – Governo do Estado de Alagoas**
284

285 Voto aberto, eu voto no cidadão ali que se candidatou. Então o voto de Alagoas é da Confederação Nacional De
286 Transportes.
287

288 **Marcelo Assis –Assessor Técnico da Secretaria Executiva do CONAMA**
289

290 Só vou pedir que ele se apresente, chegou o representante do Ministério da Defesa. .
291

292 **Paulo Garcia - Ministério da Defesa**
293

294 Desculpe o atraso, sou Paulo Garcia do Ministério da Defesa. Eu tenho que votar? Eu já sou "ad hoc" em uma.
295

296 **Marcelo Assis –Assessor Técnico da Secretaria Executiva do CONAMA**
297

298 Só para pôr o senhor a par, são candidatos o Ministério da Integração e o pessoal da CNT.
299

300 **Paulo Garcia - Ministério da Defesa**
301

302 Bom, a Defesa tem uma integração muito grande com o Ministério da Integração, eu vou votar no Representante
303 do Ministério da Integração.
304

305 **Maurício Borato Viana – Entidades Ambientistas da Região Sudeste**
306

307 Bom, pedindo vênica ao colega eu também vou ficar com o colega do Ministério da Integração.
308

309 **Francisco José Sadeque – Ministério de Minas e Energia**
310

311 Bem, eu sigo o ponto de vista do nosso colega de Alagoas, eu acho que é importante do ponto de vista
312 participativo a integração com outros setores responsáveis pelo Conselho, dessa forma, como ele mesmo disse,
313 tendo a possibilidade de que todos os conselhos e Câmaras Técnicas ficassem com uma característica muito
314 chapa branca, por essa situação eu voto aqui no representante da CNT.
315

316 **Maurício Borato Viana – Entidades Ambientistas da Região Sudeste**
317

318 Marcelo, então sugestão, já que deu empate e temos mais um Conselheiro que está ausente hoje, que tal se a
319 gente elegeisse só um Presidente "ad hoc" hoje e a eleição passaria para uma próxima reunião. Eu não sei se tem
320 outra forma de resolver?

321
322 **Marcelo Assis –Assessor Técnico da Secretaria Executiva do CONAMA**
323

324 O outro representante da ANAMMA Nordeste. São duas representações da ANAMMA. Eu não sei, não dá para
325 propor aí uma negociação entre os dois para ser Presidente e vice.
326

327 **Maurício Borato Viana – Entidades Ambientistas da Região Sudeste**
328

329 Eu mantenho minha proposta de se eleger um Presidente "ad hoc" com o Conselheiro ausente hoje a gente
330 desempataria na próxima. Até é uma chance para a gente se conhecer melhor porque ninguém conhece ninguém,
331 pelo menos eu não conheço.
332

333 **Marcelo Assis –Assessor Técnico da Secretaria Executiva do CONAMA**
334

335 Então algum abriria mão do outro para presidir a reunião de hoje? Lembrando que hoje a gente não tem grandes
336 deliberações, não é essa a idéia da reunião.
337

338 **Paulo Garcia - Ministério da Defesa**
339

340 A última vez que me votaram "ad hoc" eu já tenho que atuar no CONAMA na próxima reunião pedir retirada de
341 pauta. Eu acho que um dos dois pode conduzir isso aqui tranquilamente.
342

343 **João Emílio Freire – Federação Nacional dos Transportes**
344

345 Eu preferia, vai ter um assunto, eu vou aqui abrir, eu terei que solicitar uma decisão da Câmara e no caso como
346 Presidente não seria ético que eu assumisse a presidência agora. Se fosse por indicação dos senhores eu ainda
347 teria que levantar essa questão também, mas principalmente uma indicação "ad hoc". Eu acho que eu me sinto
348 mais à vontade nesse caso se o Rosalvo presidisse essa como "ad hoc" e espero que as próximas a situação se
349 reverta, mas na condução do assunto, eu me sentiria muito mais à vontade,OK? Se todos estão de acordo...
350

351 **Marcelo Assis –Assessor Técnico da Secretaria Executiva do CONAMA**
352

353 Dessa forma como determina o regimento então a Secretaria Executiva do CONAMA passa a condução dos
354 trabalhos ao Presidente, e eu fico para dar alguma assessoria e esclarecer sobre as matérias. Aí tem logo a
355 questão do relator.
356

357 **Rosalvo Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**
358

359 Bom, seguindo aqui a pauta da reunião da da Câmara, depois da eleição do Presidente e do vice que ficou adiada
360 em função da ausência de um colega nosso, o próximo ponto é a indicação do relator da Câmara Técnica. A
361 indicação Marcelo, a gente põe em votação?
362

363 **Marcelo Assis –Assessor Técnico da Secretaria Executiva do CONAMA**
364

365 Pode ser, se tiver algum voluntário.
366

367 **Rosalvo Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**
368

369 É, eu acho importante consultar um dos colegas se é candidato a ser relator da Câmara e aí a gente não precisaria
370 fazer indicação. .
371

372 **Maurício Borato Viana – Entidades Ambientistas da Região Sudeste**
373

374 Eu não tenho objeção nenhuma e nem faço questão, se os colegas quiserem que eu seja relator, eu serei e não
375 tem problema.
376

377 **Rosalvo Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**
378

379 Então pronto, fica indicado o colega como relator da Câmara Técnica de Atividades Minerárias e Energética de
380 Infra-Estrutura. Maurício Borato da Região Sudeste então é o relator da Câmara. Bom, a matéria em tramitação é
381 o processo 0200000683/2007-13 proposta de revisão da Resolução CONAMA número 293/2001 a qual deve ter
382 seus termos revistos no prazo de cinco anos. O interessado é a Secretaria De Qualidade Ambiental do Ministério
383 do Meio Ambiente. Eu pediria para passar a palavra para o Marcelo para que nos desse um histórico e também
384 nos dissesse em que ponto está esse processo e no que exatamente agora a Câmara tem que deliberar.

388 Bem, a Resolução 293 trata dos critérios para o plano de emergência individual. Ela previa em seu texto que
389 aquela Resolução deveria ser revista em cinco anos. No ano passado a Secretaria de Qualidade Ambiental nos
390 consultou sobre essa revisão e disse se já poderia encaminhar uma coisa já mais consolidada. Seria muito
391 interessante, esse grupo se reuniu e foi coordenado pela nossa colega Alessandra que eu convidei para falar sobre
392 o assunto e com a participação do IBAMA, hoje ela está no IBAMA e a gente trouxe ela aqui para falar um pouco
393 da situação disso. Foi constituído um GT e o GT já tem uma proposta pronta. A gente não espera aqui, como é
394 uma primeira reunião, que a Câmara Técnica delibere, que aprove essa proposta. Porque o que a gente propôs é
395 que essa proposta a Câmara Técnica pode deliberar sobre ela e aprovar e já encaminhar para a Câmara Técnica
396 de Assuntos Jurídicos ou se julgar que a proposta não está convenientemente madura, é propor a criação de um
397 GT. O que eu proporia aqui, vocês podem lançar uma proposta diferente, é claro, é que a gente elegeisse alguém
398 para depois da apresentação da Alessandra para dar uma avaliada, consultar os pares e tal e deliberar realmente
399 na próxima reunião. Como é reunião de instalação e é a primeira reunião é claro que vocês podem definir
400 diferente e não sei se seria interessante bater o martelo aqui hoje, mas claro que essa decisão é da Câmara
401 Técnica. Eu convidaria à Alessandra para sentar aí.

402
403 **Alessandra Toledo - IBAMA**

404 Boa tarde, eu já me apresentei, sou Alessandra. Eu trabalhei no Ministério até o dia 3 de junho, para ser mais
405 específica. Então a partir do dia quatro de junho é que eu passei a ser servidora do IBAMA. Até então eu estava
406 na SQA do Ministério e atualmente é a Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, e nessa
407 ocasião portanto, eu estava trabalhando especificamente atuando na área de petróleo, mais especificamente com
408 a parte de emergências. Na parte de emergências existe uma Resolução que é a Resolução 293, é uma
409 Resolução de dezembro de 2001, mas que foi publicada em abril de 2002. É uma Resolução muito interessante,
410 ela estabelece critérios mínimos para elaboração dos planos de emergência individuais para derramamento de
411 óleo em águas sob jurisdição nacional. Essa obrigatoriedade dos foi estabelecida pela 9966 que é uma lei e foi
412 regulamentada por um decreto e posteriormente normatizada tecnicamente pelo CONAMA. Eu gostaria assim de
413 destacar a importância dessa Resolução no sentido de que os setores e todos os empreendimentos enquadrados
414 para atender o PEI e elaborar o PEI, eles têm esses critérios mínimos, eles não estão totalmente sem qualquer
415 respaldo, inclusive legal para o CONAMA estar estabelecendo essa norma e então da importância dela. Então, ela
416 já é vigente. O seu prazo para revisão conforme o Marcelo colocou, está se extinguindo agora. Em abril de 2007
417 fez cinco anos essa Resolução e a nossa urgência em procurar fazer essa revisão, era justamente para que a
418 gente conseguisse atender esse prazo e a gente sabe que é um trabalho que tem que ser feito democraticamente,
419 procurando ouvir todas as partes envolvidas e com a experiência que a gente teve durante esses anos no
420 Ministério foi possível a gente fazer isso. Então realmente quando a gente propôs para o CONAMA no sentido até
421 de agilizar e de tornar o processo eficiente e democrático e aí o Marcelo falou não, é claro, vocês podem fazer.
422 Bem, só assim um breve histórico. Antes da gente formar esse Grupo de Trabalho, a gente fez algumas atividades
423 na área dos planos de emergência individuais. Então, eu vou falar um pouco da minha experiência, porque antes
424 de entrar no Ministério também foram feitas outras iniciativas nesse sentido, mas assim desde que eu estou lá a
425 gente programou seis seminários. Seis seminários sobre os planos de emergência individuais. Esses seminários
426 foram para basicamente capacitação de OEMAs, ou seja, dos órgãos estaduais de Meio Ambiente de todo o país e
427 também do IBAMA que são os órgãos licenciadores desses empreendimentos, considerando que os planos de
428 emergência individuais entram como condicionante no processo de licenciamento desses empreendimentos
429 especificamente. Então esses OEMAs foram treinados e tal. Durante esses seis seminários a gente fez várias,
430 retirou várias sugestões e observações feitas pelos próprio técnicos que analisavam esses PEIs dentro dos seus
431 OEMAs e do IBAMA e a gente compilou essas sugestões e foi um dos documentos que respondeu essa proposta
432 que está aqui hoje apresentada. Uma segunda iniciativa da secretaria na época foi uma consulta pública. Então
433 foi disponibilizado no site do Ministério do Meio Ambiente uma consulta pública a todo e qualquer interessado que
434 quisesse colocar suas considerações, sugestões a respeito do diploma da 293, e essa consulta pública ficou
435 disponibilizada por dez meses em site. Ela saiu de disponibilidade em agosto de 2006 e ficou desde outubro de
436 2005. Por quase um ano essa consulta pública ficou aberta para todas as considerações. Nesse documento
437 foram feitas aproximadamente 50 contribuições dessa consulta pública, que foi um segundo documento portanto
438 que a gente levou para o Grupo de Trabalho, para a gente já ter como base esses documentos. E além disso,
439 obviamente os setores interessados também todos puderam encaminhar essas propostas, por exemplo, as
440 empresas de exploração e produção de petróleo e as própria empresas que na ocasião da elaboração da
441 Resolução nem tinham uma importância dentro desse cenário, que são as empresas que hoje atuam para resolver
442 no caso de haver algum tipo de vazamento, essas empresas é que vão atuar para fazer a contenção e o
443 recolhimento desse óleo que tiver caído em água. Então, basicamente, esse é um histórico de como se deu o
444 processo, e eu gostaria até de destacar assim que após esses seminários, após a consulta pública, a gente então
445 decidiu, optou pelo Grupo de Trabalho, e aí eu fui ao CONAMA, resgatei o processo de elaboração da Resolução,
446 ou seja, o processo de 2000, todas as pessoas que participaram, todas as entidades e representantes que
447 participaram na ocasião da elaboração da Resolução foram mais uma vez convidados para participarem da
448

449 revisão, somando-se a esses vários outros representantes que a gente entendeu como pertinente a participação.
450 Bom, aí eu queria só ler para vocês, exatamente quem foram essas instituições. Então foram convidados a
451 participar das reuniões presidenciais todos os representantes das partes interessadas que seriam, Ministério dos
452 Transportes, Agência Nacional de Transportes Aquaviários, a ANTAQ, o Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás, a
453 Marinha do Brasil, o Ministério das Minas e Energia, a Coordenação Nacional de Petróleo e Gás da
454 Superintendência do IBAMA no Estado do Rio de Janeiro, que embora faça parte do licenciamento eles têm uma
455 coordenação específica para essa área, a Diretoria de Licenciamento Ambiental do IBAMA, DF, Centro de
456 Recursos Ambientais da Bahia. E aí assim, agora a gente vai entrar em representantes dos OEMA. A gente
457 chamou um representante de cada uma das regiões para a gente ter todo o país coberto com participação na
458 reunião. Então, foi Centro de Recursos Ambientais da Bahia, a Companhia de Tecnologia e Saneamento
459 Ambiental de São Paulo, a CETESB, o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas, o Instituto Ambiental do
460 Paraná e a Fundação Estadual de Engenharia de Meio Ambiente do Rio de Janeiro, a FEEMA. Destacando que a
461 gente também considerou como critério a atuação. Porque tem Estados que realmente atuam muito mais nessa
462 área. Porque tem muito mais empreendimentos licenciáveis nessa área, e então a gente também achou
463 fundamental que esses que tem mais participação estivessem realmente atuando. Aí no âmbito do Ministério a
464 gente também procurou fazer um trabalho com todas as gerências e então foi chamada a gerência do Projeto de
465 Gestão Integrado aos Ambientes Costeiros e Marinho do MMA, que foi responsável e que é responsável pela
466 elaboração das cartas que são as cartas de sensibilidade ambiental. A Gerência de Instrumento de Gestão
467 Ambiental do Ministério, que tem a interface com o licenciamento ambiental, a Diretoria de Gestão de Riscos
468 Ambientais do MMA, que seria o antigo Prorisco e além destes, outros representantes que manifestaram interesse
469 em participar dessas reuniões também o fizeram, como foi o caso da Associação Brasileira de Prevenção e
470 Controle de Emergências Ambientais, que é aquela das empresas que eu comentei, e além disso, por exemplo, a
471 gente teve em várias reuniões representantes de alguns portarias, o Porto de São Sebastião especificamente a
472 gente teve numa ocasião o Porto do Rio de Janeiro também. Enfim, as pessoas que quiserem participar,
473 participaram. A gente definiu isso numa primeira reunião a questão de ser uma reunião aberta e assim para que
474 todos pudessem ser ouvidos e se organizassem e levassem esse posicionamento.

475
476 **João Emílio Freire – Federação Nacional dos Transportes**

477
478 Agora eu pediria só um esclarecimento. A Petrobrás foi convidada?

479
480 **Alessandra Toledo - IBAMA**

481
482 O IBP, o Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás em tese ele congrega todas as empresas de petróleo e gás. Além
483 disso a Petrobrás especificamente também manifestou interesse em vir, além do IBP, dos representantes que
484 foram tirados no âmbito do IBP, a própria Petrobrás veio também participar.

485
486 **João Emílio Freire – Federação Nacional dos Transportes**

487
488 Lamentavelmente nós da Associação Brasileira de Terminais Portuários que congrega todas as empresas com
489 instalações portuárias do Brasil, nós somos hoje cerca de 120 terminais. Há um repasse, e eu gostaria de fazer
490 uma correção na sua observação sobre a questão dos portos. Os portos hoje em dia existe uma administração
491 portuária, mas a operação em si e a responsabilidade direta nesse caso de um plano de emergência individual,
492 dentro da empresa operadora do terminal. Na realidade a administração portuária faz apenas a integração de uma
493 série de planos individuais e nesse caso daí, lamentavelmente a IBP não teve, como nós somos uma equipe
494 reduzida, mas isso também, me desculpe, não tomou conhecimento porque há todo um interesse em participar
495 disso e em colaborar, porque essa questão é fundamental, isso é uma questão que nós todos corremos não só
496 riscos, os terminais correm riscos de acidente, o abastecimento de um navio que está operando no terminal, às
497 vezes até uma carga que cai ao mar e que tenha substâncias, porque essa lei não é só para petróleo, ela é para
498 substâncias nocivas e perigosas.

499
500 **Alessandra Toledo - IBAMA**

501
502 Mas essa Resolução é só para óleo.

503
504 **João Emílio Freire – Federação Nacional dos Transportes**

505
506 Só para óleo. Inclusive fala até de alguma coisa de mistura óleo oz e não estamos abordando só óleo, mas é uma
507 questão muito sensível. Então eu só lamentaria isso e não sei como se poderia talvez oferecer alguma
508 colaboração nesse sentido. Muito obrigado e desculpe a interrupção.

509
510 **Alessandra Toledo - IBAMA**

511

512 João Emílio, eu não vou falar senhor (risos), mas olha só com relação especificamente aos portarias inclusive
513 nesse grupo de trabalho nós fomos muito sensíveis à questão e inclusive os portarias estavam representados em
514 tese aí realmente essa questão dessa associação talvez tivesse que ter sido uma articulação interna, setorial.

515
516 **João Emílio Freire – Federação Nacional dos Transportes**

517
518 Mas nós não tivemos, nosso nos avisaram nem as própria administrações portuárias. Eu entendeu-se e não estou
519 protestando, eu estou lamentando e estou lhe perguntando, não estou absolutamente criticando nem invalidando,
520 porque é como você disse muito bem, isso ficou durante dez meses numa "home page" e nós não podemos
521 argumentar que vocês não nos consultaram, a gente lamenta, evidentemente lamenta, mas a oportunidade foi
522 dada, a falha no caso é nossa. Agora, o oferecimento de colaboração permanece, só isso.

523
524 **Alessandra Toledo - IBAMA**

525
526 E eu espero que de qualquer forma embora vocês não tenham estado presentes, essa associação
527 especificamente, que a nossa proposta atenda aos interesses de vocês, porque embora essa associação não
528 estivesse presente, outros representantes que foi o Ministério do transporte, a própria ANTAQ, alguns portos
529 especificamente, alguns representantes de portos.

530
531 **João Emílio Freire – Federação Nacional dos Transportes**

532
533 Mas daí a minha pergunta inicial, se a Petrobrás estava representada porque nesse segmento ela evidentemente é
534 a nossa maior associada e maior interessada. Então, se a Petrobrás participou deste processo, evidentemente já
535 é praticamente uma solução para nós. Muito obrigado.

536
537 **Alessandra Toledo - IBAMA**

538
539 Bom, então assim para finalizar, nós estamos aqui, até eu gostaria de destacar que também estão presentes vários
540 outros membros que participaram das nossas reuniões no grupo de trabalho. Eu gostaria de destacar assim que o
541 nosso intuito desde o início foi só no sentido de realmente agilizar o processo, para a gente tentar atender o prazo
542 que era um prazo de cinco anos, e mesmo assim foi um processo de alguns, pelo menos um ano e meio que ele
543 foi se desenrolando, e daí a apresentação dessa proposta que está aqui em mesa, a gente abriu um processo,
544 esse processo hoje ele tem 376 páginas. Nesse processo estão documentados assim todas as reuniões com listas
545 de presença, com as atas das reuniões, após cada reunião a gente tinha um documento sujo e uma parte limpa,
546 que a gente conseguia ir limpando, e enfim, está tudo aqui disponibilizado. As apresentações que algumas
547 entidades também fizeram especificamente, quando haviam pontos polêmicos, pontos discutíveis, isso era
548 profundamente discutido, rediscutido, e quando era o caso se haviam entidades interessadas em fazer
549 apresentações, argumentações a gente dava esse espaço, esse espaço foi concedido. O que eu posso dizer é
550 assim, que tecnicamente, eu particularmente como coordenadora entendo que o processo foi extremamente
551 criterioso, democrático, participativo, o intuito foi esse, eu espero que os senhores apreciem o processo, a matéria
552 e tirem todas as dúvidas que houver e que eu puder esclarecer. E eu queria destacar então também a presença do
553 IBP, dos representantes do IBP todos, da própria Petrobrás que esteve presente nas reuniões e me colocar à
554 disposição para qualquer dúvida.

555
556 **Roberto Alves Monteiro – Ex-Conselheiro Honorário do CONAMA**

557
558 Obrigado pela condecoração Senhor Presidente, já que eu sou um mero participante agora da reunião. Mas na
559 leitura breve aqui rápida, isso aqui visa especificamente revisar uma Resolução que foi feita num contexto de
560 regulamentação da lei 9966, que estabelecia as necessidades não só do plano de emergência individual para o
561 operador, como o senhor colocou, mas também o plano de contingência de toda a área portuária envolvendo os
562 diversos terminais existentes. Então, tem rebatimento em diversos momentos.

563
564 **João Emílio Freire – Federação Nacional dos Transportes**

565
566 Tem ações portuárias fora do porto.

567
568 **Roberto Alves Monteiro – Ex-Conselheiro Honorário do CONAMA**

569
570 Afirmativo. Agora, só me preocupou aqui uma coisa que foi repetida do original, o original tinha uma razão de ser de
571 colocar uma revisão num prazo de cinco anos. Não é uma revisão de termos, não é dizer temos que fazer uma
572 nova Resolução daqui a cinco anos. A revisão tinha como cunho específico ver como ficaria a implementação, a
573 aplicação e a efetividade dessa norma que a gente tinha preparado em 2001. Então, portanto, me causou aqui
574 estranheza que houve repetido novamente. Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação e seus
575 termos serão revistos no prazo de cinco anos. Primeiro que isso pode ser revisto a qualquer momento, não

576 necessariamente cinco anos, e o segundo é que não são efetivamente os termos serão revistos porque senão a
577 persistir isso aqui a cada cinco anos uma Resolução nova e não necessariamente será isso. A Resolução poderá
578 ser alterada e deverá ser revista nos termos naquilo que sua aplicabilidade incorreta ou não tiver apontado para tal.
579 Então, eu acho que não deveria constar aqui esses prazos de revisão. Eu recomendaria, até para você não ter
580 que chegar e dizer eu quero cumprir o prazo de cinco anos. O importante não é o prazo de cinco anos. O
581 importante é: - A Resolução funcionou?

582
583
584

Alessandra Toledo - IBAMA

585 Então, Roberto, é que na verdade a gente realmente tinha constatado a necessidade de rever mesmo, de melhorar
586 a Resolução, porque como você mesmo disse, foi uma iniciativa, ela era nova, na ocasião realmente a gente foi
587 testar qual seria a efetividade dela, a implementação e há desdobramentos, porque depois dos a gente teria planos
588 de área e depois posteriormente até o Plano Nacional De Contingência e então realmente assim, se o PEI não
589 estiver satisfatório a gente comprometeria todo o resto dessa cadeia. E então a intenção realmente foi melhorar no
590 sentido de que já existiam demandas, já existiam solicitações de melhoria de alguns pontos.

591
592 **Roberto Alves Monteiro – Ex-Conselheiro Honorário do CONAMA**
593

594 Você entendeu minha colocação? Você vai obrigar a cada cinco anos.

595
596

Alessandra Toledo - IBAMA

597
598 Eu entendi perfeitamente. É que o entendimento do grupo poderia ter sido antes inclusive. Perfeito, quanto a isso
599 eu acho que não há objeção nenhuma.

600
601
602

Rosalvo Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional

603 Eu pedi para me inscrever, porque eu fui oficial de marinha mercante, eu fui da Petrobrás e foi meu primeiro
604 emprego na vida e foi em função até de uma multa que nós tivemos em Hilston, porque não tínhamos na válvula
605 de fundo do navio escrito na língua portuguesa e na língua inglesa que era proibido, era crime o derramamento de
606 óleo já contei isso para o Garcia que é oficial de Marinha, se constituía crime em águas territoriais americanas e
607 isso tinha que ter em língua inglesa e em língua portuguesa, e eu era oficial de bordo naquele dia e acho que tinha
608 caído alguma coisa e aquilo me impressionou muito. Eu novo, 21 anos, oficial ali fazendo a linha de Hilston,
609 aqueles portarias de Hilston, Porto Rico e aquilo foi o que me fez depois caminhar para a área ambiental, porque
610 aquilo me impressionou demais, nós tomamos uma multa de mil e quinhentos, cinco mil dólares e eu falei, nossa
611 tudo isso? Aquilo me impactou muito. E não sei se vocês sabem o Ministério da Integração tem a Defesa Civil, e o
612 antigo secretário da Defesa Civil, uma vez pediu meu auxílio e até o Severino, eu acho que o senhor deve
613 conhecer que é o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Marítimos, ele é da minha turma de
614 SEAGA, e eu acionei o Severino, fazia anos que não nos encontrávamos e íamos também convocar as empresas
615 de transporte, os armadores, no sentido da elaboração de um plano e não me lembro exatamente qual era o plano
616 que a Defesa Civil tinha que elaborar junto com os portos, porque o Brasil tinha que cumprir uma convenção que
617 não estou me lembrando do nome. Isso foi há algumas dezenas de anos atrás, então eu não me lembro
618 exatamente dos termos usados. Então a minha pergunta para você é o seguinte. Se o pessoal da Defesa Civil do
619 Ministério da Integração pela relação que você colocou não participou, mas de repente está aí no processo,
620 gostaria de saber se eles participaram, eu acho que era a primeira questão. A segunda questão, eu acho que era
621 importante a gente ouvir ainda nessa sessão já que a sugestão do Marcelo, a gente não vai deliberar nesta sessão
622 da Câmara, a Agência Nacional de Águas. Eu gostaria de ouvir o Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás e gostaria
623 de ouvir a Petrobrás, já que ela é a operadora que mais opera em termos de transporte de...

624
625 **Roberto Alves Monteiro – Ex-Conselheiro Honorário do CONAMA**
626

627 Senhor Presidente, além disso uma questão que eu precisaria responder que não está muito clara. Desculpa,
628 Senhor Presidente, só para esclarecimento. Eu acho que os Conselheiros gostariam de saber, ousando falar em
629 nome deles, a origem da proposta. Se essa é uma proposta interna do Ministério, da SQA ou se é uma proposta
630 que já passou pelo crivo e pela avaliação de um Grupo de Trabalho do CONAMA.

631
632 **Rosalvo Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**
633

634 OK, então continuando eu gostaria de ouvir, não sei se o colega da ANA poderia se manifestar, e o Instituto
635 Brasileiro de Petróleo e Gás eu gostaria de ver quem é o representante que pudesse dar uma luz, e independente
636 da representação do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás eu gostaria de receber aqui e de ouvir o representante
637 da Fronap, eu acho que ainda existe.

638
639 **Marcos Lisboa – Petrobrás**

640
641 Eu já fui da Fronap também assim como você, mas agora estou na Petrobrás.

642
643 **Rosalvo Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**

644
645 Então eu gostaria de ouvir vocês com relação a essa proposta de Resolução, porque tão importante quanto todos
646 esses órgãos que você citou também aquelas pessoas que estão operando porque eu já fui vítima disso e tive
647 oportunidade de elaborar o primeiro manual de operação de navios químicos da Fronap. Ela ainda existe, mas não
648 é mais uma unidade da Petrobrás, é a Transpetro. Agora é à parte. É importante a gente ouvir também quem
649 opera efetivamente com isso, porque no fundo é quem sofre e quem vai ter que efetivamente aplicar essa
650 Resolução. E também acho que era importante, não é porque o Severino é meu colega de turma, mas hoje ele
651 está representando e amanhã pode ser que não esteja, eu acho importante a gente receber aqui a Confederação
652 Nacional dos Trabalhadores Marítimos e ver o posicionamento dele com relação à aplicabilidade dessa norma já
653 que ele representa uma categoria que efetivamente opera com os terminais e com as embarcações.

654
655 **João Emílio Freire – Federação Nacional dos Transportes**

656
657 Presidente, nesse caso eu peço também que seja ouvida a Associação Brasileira de Terminais Portuários.

658
659 **Rosalvo Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**

660
661 Mas a do senhor já está incluída. Não só a Associação Brasileira das Instalações Portuárias, mas eu acho que a
662 gente tem que ouvir também os armadores, porque são donos dos navios e terão impactos econômicos. Então
663 escutar as empresas armadoras, os trabalhadores e mais agora o IBPC e a própria Petrobrás depois da sua
664 resposta. Obrigado.

665
666 **Alessandra Toledo – IBAMA**

667
668 Eu não sei se eu não fui clara, Roberto, mas assim, esse Grupo de Trabalho ele não foi constituído no âmbito do
669 CONAMA em função de que na ocasião a gente se antes personalizem ter a iniciativa e daí pegamos o processo
670 de elaboração na ocasião, convidamos todas as pessoas que na época fizeram parte de um GT do CONAMA,
671 todas as representações que estavam nessa ocasião, somadas a várias outras mais que durante esse processo
672 foram acrescentadas como parte interessada no diploma e aí constituímos esse grupo. É uma proposta em princípio
673 da hoje SEMUC, mas de um Grupo de Trabalho constituído no âmbito da SEMUC, mas que na verdade é um
674 Grupo de Trabalho, conforme eu disse, com representantes de todas as partes.

675
676 **Marcos Lisboa - Petrobrás**

677
678 Meu nome é Marcos Lisboa, eu representei a Petrobrás em algumas reuniões do CONAMA e represento a
679 Petrobrás na revisão, fui coordenador interno da Petrobrás no grupo de trabalho interno nosso que emitiu algumas
680 opiniões até na própria consulta pública a Alessandra bem colocou, foram mais ou menos 50 contribuições, e
681 dessas 50, eu acho que a gente colaborou com mais ou menos 33. Em primeiro lugar eu queria dar parabéns à
682 Alessandra reforma agrária pelo bom trabalho que ela realizou junto com o grupo e realmente havia necessidade
683 dessa revisão. Nós tivemos uma participação, tivemos um outro colega da área de exploração e produção que
684 participou ativamente de todo o grupo e eu só queria ressaltar o seguinte. A partir do momento que ela foi criada
685 basicamente essa Resolução surgiu após aquele acidente da Baía de Guanabara em 2001 e teve aquele acidente
686 do Rio Iguaçu também no Paraná e depois o afundamento da P36 e era importante uma Resolução desse tipo já
687 que não havia nada parecido nessa legislação. E, como tal ela foi criada basicamente para atender aos acidentes
688 em corpos hídricos. Basicamente, os terminais portuários e as plataformas e o avanço que ela teve nessa nova
689 revisão, ela está incluindo as refinarias que basicamente são a maioria delas em terra, por exemplo, não estão
690 muito ligadas à corpos hídricos e também os dutos. Hoje para vocês terem uma idéia nós temos basicamente 31
691 quilômetros de dutos, sendo que grande parte desses dutos são terrestres, basicamente 80% dos dutos terrestres.
692 E o que eu gostaria de ressaltar seria o seguinte. A complexidade disso, o esqueleto dela foi totalmente voltado
693 para instalações hídricas ou que se desdobrasse uma nova Resolução para corpos terrestres, uma vez que apesar
694 dela estar muito bem colocada, ela está muito mais voltada para corpos hídricos e não para instalações terrestres.

695
696 **Hélder Ferreira – IBP**

697
698 Bom, eu sou Hélder Ferreira, eu coordenei no Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás um Grupo de Trabalho
699 especificamente constituído para encaminhar as propostas da indústria ali representada junto ao GT. Na realidade
700 nós nos preparamos para esta oportunidade ao longo dos meses em que ocorreu a consulta pública, não é isso?
701 E eu gostaria aqui de ressaltar alguns números, a começar complementando com a própria Alessandra, a quem eu
702 também cumprimento, nós todos cumprimentamos pelo excelente trabalho. Não foi um trabalho fácil, foi um
703 trabalho de coordenação de um grupo numeroso aí de até 30 pessoas por reunião, e isso não é um trabalho fácil,

704 não. E dar até aqui alguns números. Esse trabalho foi feito em seis reuniões e se nós pegarmos aí no mínimo 20
705 pessoas por reunião, a gente pode facilmente calcular quantos HDs foram investidos somente no âmbito das
706 reuniões no MMA, sem falar que cada representante, cada entidade representada, também discutia o assunto
707 internamente. Então, realmente a gente considera que foi um trabalho bastante grande. Da parte do IBP,
708 aproveitar a oportunidade, quer dizer, o IBP é um órgão de representação da indústria que criado em 1957, hoje
709 tem 220 empresas associadas entre empresas de petróleo, serviços de consultoria, e contribui ativamente na
710 regulamentação da indústria, promoção de eventos e oferta de cursos de treinamento técnico. Constituímos um
711 Grupo de Trabalho com uma participação ampla da indústria com atividades de exploração e produção. Então,
712 nós tivemos 15 integrantes nesse grupo com representação de quinze, a Petrobrás se fez presente por duas, em
713 mais de dez empresas representadas nesse nosso Grupo de Trabalho. Fizemos um total de 15 reuniões internas,
714 sendo quatro reuniões também com participação de representantes da CEGPEG do IBAMA, que é o órgão
715 licenciador da indústria de petróleo *off shore*. Também tivemos uma reunião com a participação das companhias
716 de serviço na área de resposta à emergência, no caso a Idroclin e a Opinobric que são as empresas maiores
717 desse setor aqui no Brasil, e também participamos divulgando o nosso trabalho em férias do setor como a Macaé
718 *off shore* de 2006, e como a Alessandra disse tivemos uma participação ativa com pelo menos 3 representantes
719 nossos num Grupo de Trabalho do MMA destacando também o cuidado que tivemos em contribuir com o alto nível
720 técnico, sem dúvida nenhuma, eu posso dizer não só agregando as experiências das empresas, mas também com
721 a participação de um consultor especializado no assunto que hoje nós estamos aqui com ele, com o Álvaro
722 Bezerra que é doutor na área de gerenciamento de riscos e que participou na primeira elaboração original da
723 CONAMA 293 como consultor do MMA naquela oportunidade. Então a gente de fato está seguro. Não só a gente
724 conseguiu dar uma boa contribuição, uma contribuição de alto nível, mas também de atestar que o trabalho que foi
725 feito, o esforço que foi feito com a representação dessas seis reuniões aqui em Brasília, eu acho que a indústria
726 sem dúvida nenhuma ela entende como um grande avanço no texto que foi feito e que está sendo submetido
727 nesse momento.

728

729 **Rosalvo Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**

730

731 Bom, a proposta é ouvir a Petrobrás, Transpetro, IBPG, a ANA... Bom, eu apenas colocaria, queria entender a sua
732 falação, Marcos, quando você fala que é uma Resolução que está mais para instalações e corpos hídricos do que
733 instalações terrestres. Então você entende que haveria necessidade, veja se eu entendi bem o encaminhamento,
734 de que a gente evidentemente não vai ser nessa, vai ser na próxima reunião, que a gente discutisse e aprovasse
735 essa reunião, ouvindo, se for acatada a sugestão, ainda de ouvir a Confederação de Trabalhadores Marítimos, dos
736 Armadores da Defesa Civil e do Ministério da Integração, a gente passaria para votação, e ao mesmo tempo a
737 continuidade desse Grupo de Trabalho contendo essa questão das instalações terrestres ou não.

738

739 **Marcos Lisboa - Petrobrás**

740

741 Isso, foi basicamente isso. Como eu falei, o escopo dela, o corpo dela foi todo criado para Terminais Marítimos e
742 Plataformas, é uma Resolução basicamente para a área marítima e nesse entraram outras instalações como
743 estaleiros, marinas, clubes náuticos e os dutos terrestres e os terminais terrestres também. Então, basicamente no
744 final da Resolução, os equipamentos que essas unidades terão que ter, no caso, por exemplo, da Petrobrás
745 algumas unidades terrestres ela já possui antes da própria Resolução cobrar ela já possui um plano de emergência
746 individual tanto as refinarias, os terminais já possuem o plano de emergência individual. O que nós estamos
747 falando aqui basicamente é o seguinte, esse link entre os equipamentos necessários para a aplicação no caso de
748 acidentes junto a terminais terrestres, já que Terminais Marítimos e Plataformas ela já tinha cumprindo há muito
749 tempo isso aí desde o início da Resolução em vigor.

750

751 **Francisco José Sadeque – Ministério de Minas e Energia**

752

753 Bem, eu aproveitando aqui a sugestão do Marcos Lisboa, Representante da Petrobrás, eu não poderia deixar
754 passar em branco a oportunidade de seguir, eu acho que é muito importante isso. Existe um termo aí utilizado
755 como curso hídrico, como corpos hídricos que ele abrange às vezes a fase intermediária entre mar como foi o caso
756 do acidente em 2000 na Baía de Guanabara, que nós vivenciamos lá do Rio de Janeiro bem aproximadamente que
757 atingiu áreas de manguezais lá da região e essa situação ela ocorre em vias terrestres que acabam por
758 naturalmente atingir o curso hídrico que é o corpo mais baixo, o corpo hídrico mais próximo. Essa situação
759 ocorrida recentemente há dois anos atrás não propriamente com acidente de navio, mas com um derramamento
760 de óleo de uma composição de ferrovias da Vale do Rio Doce em Itaboraí onde eu sou Secretário Municipal de
761 Meio Ambiente e que também acabou atingindo uma área de preservação ambiental, uma estação ecológica e a
762 própria Baía de Guanabara. Então eu gostaria de ressaltar a importância da proposta feita pelo representante da
763 Petrobrás no momento não só pelo pretérito, mas até mesmo o momento em que o complexo petroquímico, o
764 maior complexo petroquímico do país está para ser instalado exatamente na região Sudeste e mais precisamente
765 no município de Itaboraí, eu gostaria de ressaltar a importância de uma situação como essa.

766

767 **João Emílio Freire – Federação Nacional dos Transportes**

768
769 Eu só queria enfatizar que esse assunto dos planos de emergência individual são um assunto da maior importância
770 para os terminais, porque isso representa inclusive estar essa situação regulamentada, essa Resolução é da maior
771 importância porque isso tem influência direta no custo de seguros dos terminais. Então hoje em dia todos os
772 terminais tem que operar com seguros de acidentes ambientais, nós temos valores de multas ambientais
773 extremamente elevados. A Petrobrás, pelo seu porte, não sei se tem seguro disso, mas grandes empresas não
774 fazem mas talvez façam. Então essa questão, a existência de um PEI de estar conforme, estar regulamentada e
775 aceita, isso se traduz em redução de custo para os terminais. Há uma maior necessidade do atendimento. Isso é
776 extremamente oportuno, porque é através daí que a gente pode reduzir custo, no nosso caso no nosso setor,
777 porque o custo de seguros são extremamente elevados no nosso setor. E isso daí vai exatamente ao encontro do
778 que a gente está falando, e não estamos querendo redução, nós queremos redução de risco. E isso daí é um
779 elemento que nos vai dar redução de risco, reduzindo risco, reduz custo de seguro para todos nós. E esse é o
780 aspecto de como o setor vê essa regulamentação. Eu acho que é extremamente positivo e é uma visão diferente
781 do que se tinha na metade do século passado. Muito obrigado.

782 783 **Alessandra Toledo – IBAMA**

784
785 Eu queria acho que esclarecer mesmo, que a ementa da Resolução ela é auto explicativa, só para ficar claro, é
786 uma Resolução que dispõe sobre o conteúdo mínimo, ou seja, esse é o mínimo que o plano tem que ter. Ele pode
787 ir além, mas esse é o mínimo do plano de emergência individual para incidentes de poluição por óleo em águas
788 sob jurisdição nacional originados em portos organizados, instalações portuárias, terminais, dutos, sondas
789 terrestres, plataformas e suas instalações de apoio, refinarias, estaleiros, marinas, clubes náuticos e instalações e
790 orienta a sua elaboração. Então assim, eu acho que ela é auto explicativa. Reforçando o que o Lisboa falou, o que
791 se constata é que embora ela tenha esse foco, na inexistência de outras normas, normalizações que tratem do
792 assunto de emergência para caso de derramamento de óleo, ela acaba sendo utilizada em alguns casos, ainda
793 que não especificamente para esse contexto da ementa, porque ela pelo menos estabelece critérios que
794 eventualmente podem se aplicar para outras instalações, em outras situações. Enfim, isso eu ouvi inclusive de
795 uma consultora que elabora planos de emergência individuais para empresas, para diversas empresas. Ela falou,
796 olha Alessandra, hoje eu como consultora, quando eu preciso elaborar um plano de emergência, eu me pauto e
797 tenho como documento base a Resolução CONAMA 293. E assim, reforço que todas as alterações propostas,
798 foram com o intuito de realmente melhorar, de realmente de incluindo novos escopos que não estavam inclusos,
799 porque também falta a eles esse ponto de referência. Vocês vão verificar na leitura do documento, que para
800 alguns empreendimentos especificamente, a gente entende que a complexidade desse plano era muito grande e
801 que então a gente propõe um anexo quatro, que a gente tinha três anexos. Na Resolução a gente propôs um
802 anexo quatro, que trata de um plano mais simplificado, porque realmente não faria sentido a gente exigir na sua
803 integralidade plano de emergências individuais com essa complexidade para alguns tipos de empreendimentos,
804 mas pelo menos eles vão ter alguma referência mínima no que se pautar para poder atender à legislação. E,
805 porque de qualquer forma, os órgãos licença dores cobram, claro, com a devida competência e com a devida
806 necessidade, porque eles precisam que de qualquer maneira esses empreendimentos apresentem algum tipo de
807 plano. E em não havendo uma referência, isso acaba ficando subjetivo, dependendo de cada órgão licenciador,
808 em cada pedido especificamente. Então a intenção foi essa de realmente de melhorar nesse sentido. Agora, com
809 relação ao que o Lisboa falou, não há dúvidas de que realmente há necessidade de que, se for o caso, o próprio
810 CONAMA pense numa norma que atenda especificamente a instalações terrestres, para o caso de derramamento
811 de óleo ou outras substâncias.

812 813 **Rosalvo Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**

814
815 É, eu gostaria de consultar aos colegas se teria mais alguma intervenção a ser feita, sugestão, inclusive ao pessoal
816 que está nos assistindo, para a gente dar seqüência no encaminhamento, passava para o outro ponto de pauta e
817 marcamos a pauta e a data da próxima reunião.

818 819 **Manfredo Cardoso – ANA**

820
821 Deixa eu só fazer uma pergunta se não me engano a senhora falou que a CETESB também participou dessa
822 discussão. É o seguinte, porque o plano pelo o que eu consigo ver, a Resolução é muito calcada em águas
823 costeiras, águas marítimas, portos costeiros e não portos interiores. E é importante porque tem muitas águas que
824 são estaduais sobretudo o Tietê, por exemplo, que pode ter muita influência nisso aí. Por isso que eu estou
825 perguntando. A ANA, digamos, participaria disso aí, mas os órgãos estaduais, não só órgãos ambientais mas
826 também órgãos de recursos hídricos gestores que são águas estaduais seria importante também que se
827 pronunciasse. Sou Manfredo Cardoso da Agência Nacional de Águas.

828 829 **Alessandra Toledo – IBAMA**

830

831 Manfredo, essa foi uma das preocupações que permeou também essa revisão. Aí, se vocês tiverem oportunidade
832 de analisar a Resolução original e essa proposta de alteração, a gente foi muito mais específico na hora de
833 determinar as capacidades de atendimento e tal colocando, tentando explicitar esses cursos de água e inclusive
834 com relação às águas anteriores, porque realmente numa primeira iniciativa realmente acabou que as águas
835 costeiras ficaram mais evidentes, talvez até porque era o contexto naquela ocasião, mas assim, isso evoluiu, mas
836 realmente houve essa preocupação que vocês vão poder verificar isso na proposta. E a CETESB participou
837 ativamente.
838

839 **João Emílio Freire – Federação Nacional dos Transportes**

840 Uma pergunta de leigo. Jurisdição nacional envolve todo o território nacional os estados nacionais. Se é sob
841 jurisdição nacional o rio apesar de ser um rio estadual ele faz parte do território nacional.
842

843 **Maurício Borato Viana – Entidades Ambientistas da Região Sudeste**

844 Senhor Presidente, pelo o que eu vi aqui os colegas grande parte deles tem grande conhecimento aí dessa área
845 náutica e área litoral o que não é muito a minha praia, porque eu sou de um Estado do interior, sou de Minas
846 Gerais, então realmente eu não tenho muito conhecimento a esse respeito, não só porque é um estado do interior,
847 mas também porque não temos mar, pelo menos enquanto o aquecimento global não der um jeitinho maior. Mas
848 de qualquer forma eu pude ler aqui a Resolução e apesar de não ser muito a minha praia, eu gostaria de
849 parabenizar a Alessandra e todo o Grupo de Trabalho aí, realmente fizeram um trabalho que a meu ver ficou
850 bastante completo. Eu só teria uma pequena crítica que até pediria desculpas se vocês acharem que não tem
851 nada a ver, mas eu trabalho na Câmara dos Deputados e sou consultor legislativo e estou auxiliando um sub-grupo
852 de acidentes ambientais, e a gente está se dando aí com algum problema com relação ao histórico de acidentes e
853 incidentes. Não se costuma gravar, não se costuma ter esse histórico de acidentes, o que já aconteceu em cada
854 um desses casos, a gente encontra com uma coisa no Google, mas quando você chega e pede oficialmente, ainda
855 não temos documentação formal sobre isso e tal. Então, eu gostaria de saber dos técnicos aqui presentes que
856 entendem muito mais do que eu, se não seria pertinente nesse Plano de Emergência Individual, a gente incluir
857 talvez aqui no anexo 1 no item 2 cenários ocidentais e histórico de incidentes, para que isso ficasse registrado de
858 alguma forma o que foi que aconteceu, incidentes e acidentes, o que foi que aconteceu, quando aconteceu, quais
859 foram as medidas adotadas. Quer dizer, de agora para frente a gente acredita que com esse plano as melhores
860 medidas vão ser adotadas, mas é bom que ficasse um retrospecto, um histórico do que aconteceu para que
861 inclusive isso aí serve de ajuda até para elaboração desses planos. Eu não sei se seria pertinente, eu gostaria de
862 saber da Alessandra se não seria interessante incluir esse item.
863

864 **Rosalvo Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**

865 Eu gostaria que se identificasse.
866

867 **Helder Ferreira – IBP**

868 Bom, meu nome é Hélder Ferreira, sou do IBP. Bom, em relação a isso, alguns comentários. Na sessão específica
869 de identificação do risco prescrito pela CONAMA 293, primeiro que ali refere-se primariamente ao histórico de
870 acidente da própria instalação e que seria de domínio ou de conhecimento do próprio operador e do proprietário da
871 instalação. O que você está colocando é extremamente pertinente sem dúvida nenhuma, porque isso ajuda a se
872 melhor preparar e a se melhor planejar, mas a gente deve lembrar que a Resolução CONAMA, ela na realidade,
873 ela se pauta todo o planejamento da emergência com base numa descarga de pior caso, inclusive. Então essa
874 questão do histórico, a questão de se buscar até probabilidades ou até de risco, na realidade, a gente sempre
875 discute muito isso, ela é muito mais uma Resolução que se pauta no perigo do que no risco, porque se trabalha
876 com a descarga de pior caso. Bom, mas ainda assim, eu concordo, a gente concorda com você que a existência
877 de um banco de dados nesse sentido, ajuda e muito com as lições aprendidas de cada caso. Sem dúvida
878 nenhuma que isso vai ajudar. Mas a legislação que está por vir aí do Plano Nacional De Contingência até onde a
879 gente tem conhecimento, ela prevê o SISNÓLEO, Sistema Nacional de Informações sobre Derramamentos de
880 Óleos, incidentes de derramamento de óleo no mar ou em áreas sob jurisdição nacional. A gente acredita que com
881 o plano nacional de contingência implementado, com a implantação naturalmente do Sisnóleo, a gente vai ter um
882 banco de dados dessa natureza.
883

884 **Denise Pinho – IBP**

885 Só complementar, sou Denise representando também aí IBP e também faz parte do grupo de trabalho. eu fui
886 coordenadora de meio ambiente da há uns três anos atrás e só lembrando a vocês que existe uma portaria em que
887 é obrigatório que seja feita a comunicação de qualquer incidente com o petróleo independentemente da
888 quantidade, caiu três litros tem que comunicar não só a ANP como o órgão ambiental pertinente e também a
889 capitania dos portarias ligada à área ocorreu o evento. A portaria ANP especificamente existe para isso e a 996

895 também, mas só deixando claro que é obrigatório fazer essa comunicação. Como você falou, eu também
896 concordo, seria ótimo e isso é um assunto que foi discutido muito tempo e dentro da ANP ter um banco de dados.
897 E infelizmente isso ainda não aconteceu, mas que existe um volume de informações razoável dentro da ANP,
898 como dentro de alguns órgãos ambientais, isso é fato, é uma questão mais de organização, agora é reportado, isso
899 é obrigatoriamente reportado.

900

901 **Marcos Lisboa - Petrobrás**

902

903 No âmbito assim de acidente marítimo, o comando da marinha através da capitania dos portos e através da
904 diretoria de portos e cortes existe uma Gerência de Meio Ambiente e você tem todos esses dados de todos os
905 acidentes em termos de volume e se existe um acompanhamento participando da marinha através da DPC.

906

907 **Maurício Borato Viana – Entidades Ambientais da Região Sudeste**

908

909 Senhor Presidente, eu acredito que a Petrobrás tem isso, mas a minha preocupação é uma outra empresa...

910

911 **Marcos Lisboa - Petrobrás**

912

913 Eu não falei da Petrobrás, falei do comando da marinha, mas o órgão na qual a Petrobrás é subordinada no caso
914 de acidentes marítimos que é a diretoria portos e costas, ela tem todos esses dados.

915

916 **Marcos Carnaúba – Governo do Estado de Alagoas**

917

918 Carnaúba. Eu acho que a proposta dele grande esse e fortaleço a Resolução. Então não há como nenhuma
919 contrariedade, creio eu doutora Alessandra em incluir um banco de dados no estado, acabar o problema e
920 melhorava isso aí.

921

922 **Alessandra Toledo – IBAMA**

923

924 Olha só, eu concordo plenamente com a pertinência e a importância de haver um histórico nacional sobre os
925 incidentes com derramamento de óleo. Inclusive, durante as reuniões, na ocasião de uma reunião
926 especificamente, vários órgãos de Meio Ambiente fizeram uma apresentação até porque a gente queria discutir um
927 ponto lá polêmico, então cada órgão ambiental apresentou uma estatística dos acidentes ocorridos, e inclusive a
928 FEEMA do Rio apresentou uma tabela, apresentou uma tabela com esse histórico. Ocorre que é assim, a meu
929 ver, aí sim eu até entendo o Conselheiro que também defende, que esse tipo de informação não caberia num
930 plano. Porque é assim, o que é o plano? O plano é para você atender ao incidente. É um plano de resposta para
931 o incidente e não uma redação de histórico de incidentes. O que acontece? Quando você tem um incidente em
932 que você tem a necessidade de acionar o PEI, a empresa primeira coisa ela tem que, conforme já foi dito, ela tem
933 que comunicar que houve um incidente e tem que tomar as providências para resolver o incidente. Isso já fica
934 registrado com os órgãos licenciadores responsáveis. Aí depois que ela aciona esse plano, ela tem por obrigação
935 fazer um relatório para verificar se houve falha, se o plano atendeu ou se o plano dela ainda está insuficiente, e de
936 como foi esse plano. No caso inclusive dela detectar e juntamente com o órgão licenciador inclusive, que esse
937 plano não está satisfatório, porque ela não teve condições de atender plenamente, ela vai ter que rever esse plano.
938 Ela vai ter que rever esse plano. Então, isso na verdade não deixa de ser um registro que entraria como um
939 histórico no sentido da melhoria desse plano, de que houve um incidente, como ele foi resolvido ou não, e de uma
940 crítica ao processo, ou dizer não, atendeu satisfatoriamente, o plano está OK. Por que o que acontece? Existem
941 os simulados, esses planos são simulados. Na ocasião da elaboração você elabora e tal e depois você faz uma
942 simulação, para ver se ele realmente vai atender. Agora assim na hora que realmente acontece, de fato a gente
943 não quer que aconteça, mas que eventualmente aconteça de fato um incidente, esse plano também tem que ser
944 efetivo, eficiente. Então, conforme já foi dito, no caso o SISNOLEO que é um sistema que seria um sistema
945 nacional para que todos os interessados, cidadãos interessados tivessem acesso a esse banco de dados de
946 incidentes em território nacional, ele seria uma coisa muito maior. E assim, o fato de constar no plano também não
947 significaria que ele ficaria disponível. Porque assim, o plano vai para o processo de licenciamento do
948 empreendimento. E assim, ele vai para o plano e tudo bem, o cara vai fazer o histórico, a empresa ou o
949 empreendimento e vai mandar para o órgão licenciador. O órgão licenciador vai ler, vai aprovar ou não esse plano
950 e vai colocar nos autos do processo de licenciamento daquele empreendimento. Então, de qualquer forma esse
951 histórico não estaria disponibilizado, por exemplo numa Internet, num banco de dados. Aí você teria que estar indo
952 lá naquele empreendimento específico, porque ele também vai dar o histórico dos incidentes dele só, enquanto
953 que um banco de dados nacional ele seria muito mais efetivo nesse aspecto. E aí tem o SISNÓLEO que tem esse
954 objetivo. Mas que seria posterior. Assim, o que eu queria destacar é que eu acho extremamente importante, mas
955 de fato eu não acho que cabe a esse documento, a esse plano.

956

957 **Marcos Lisboa - Petrobrás**

958

959 É basicamente reforçar o que a Alessandra falou, a Resolução do CONAMA trata especificamente de cada
960 unidade e tem um item que reportaria os últimos acidentes, os últimos cinco anos ou dez anos mas isso não seria
961 suficiente para criar um banco de dados nacional teria que ser um outro Fórum, uma outra unidade que
962 congregaria todos esses dados.

963
964 **Maurício Borato Viana – Entidades Ambientalistas da Região Sudeste**

965
966 Esses planos funcionariam como alimentadores desse outro banco. O objetivo é esse, a cada vez que for licenciar
967 uma instalação dessa, ela já mandaria aquele banco de dados e depois o órgão ambiental ou quem de direito, não
968 sei, esse Sisnóleo, está sob regulamentação de quem?

969
970 **Alessandra Toledo – IBAMA**

971
972 Em tese estaria sob a coordenação do próprio Ministério do Meio Ambiente.

973
974 **Maurício Borato Viana – Entidades Ambientalistas da Região Sudeste**

975
976 Pois é, mas ele já existe ou não existe?

977
978 **Alessandra Toledo – IBAMA**

979
980 Não é a minha área, mas está em elaboração, está em fase de elaboração.

981
982 **Maurício Borato Viana – Entidades Ambientalistas da Região Sudeste**

983
984 Então eu acho que caberia perfeitamente. Porque esse aí vai servir como alimentador desse banco. Porque como
985 é que o Ministério do Meio Ambiente vai saber que ocorreram esses acidentes ou incidentes?

986
987 **Alessandra Toledo – IBAMA**

988
989 Não, ele sabe através dos órgãos licenciadores.

990
991 **Marcelo Assis –Assessor Técnico da Secretaria Executiva do CONAMA**

992
993 Eu só queria complementar, eu não sei a situação hoje como está, existe um Meio Ambiente criado pelo decreto o
994 Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Acidentes com Produtos Químicos Perigosos, e
995 tinha uma idéia no projeto, porque toda vez que a gente sai buscando informação, todo mundo já viveu isso, a
996 informação existe, a questão é onde está como está e você vai ter que buscar em vários lugares e que tinham uma
997 proposta de integração de bancos de dados sobre acidentes ambientais. Eu não sei se isso evoluiu, como está
998 hoje, porque seria uma coisa no âmbito do Sistema Nacional De Informações Sobre Meio Ambiente. Está sob
999 coordenação especificamente lá aquela parte que eu já não sei como é que chama, mudou a estrutura. Diretoria
1000 de Riscos Ambientais que também já não é de riscos ambientais. É uma nova estrutura. Eu já não sei. Mas
1001 existe, eu não sei em que ponto está esse trabalho.

1002
1003 **Maurício Borato Viana – Entidades Ambientalistas da Região Sudeste**

1004
1005 Eu poderia solicitar então que a Secretaria Executiva do CONAMA pudesse saber disso aí e pesquisar e saber em
1006 que ponto que está, porque vocês estão dentro do Ministério vocês tem mais facilidade do que a gente que está
1007 fora.

1008
1009 **Denise Pinho - IBP**

1010
1011 Uma informação adicional dentro do processo de licenciamento ambiental, seja ele do órgão estadual, seja ele do
1012 IBAMA, existe uma outra parte que nós estivemos tratando aqui. Fora desse âmbito de emergência, existe um
1013 outro item que é análise de riscos. Dentro desse item análise de riscos a primeira coisa que tem chama-se análise
1014 histórica de acidentes. Essa análise histórica não é só assim banco de dados internacional de acidentes similares
1015 em instalações similares, mas também acidentes que tem ocorrido na própria empresa. E então isso faz parte
1016 também, respondendo a sua pergunta, como que o órgão licenciador fica sabendo do que aconteceu com aquela
1017 empresa e já tem outros empreendimentos daquela mesma empresa, é obrigatória a análise histórica de acidentes
1018 dentro da parte de análise de risco que é submetida no processo de licenciamento ambiental tanto estadual quanto
1019 federal.

1020
1021 **Maurício Borato Viana – Entidades Ambientalistas da Região Sudeste**

1022

1023 Senhor Presidente, então isso só reforça mais uma vez a gente saber porque se isso já existe como poder ter
1024 acesso a esses dados. Isso que é importante.

1025
1026 **Rosalvo Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**

1027
1028 Depois da sua fala aí a gente pode ir para o encaminhamento.

1029
1030 **Álvaro Souza - IBP**

1031
1032 Sou consultor do IBP. Reforçar esse comentário. No processo de licenciamento o plano de emergência individual
1033 é um dos documentos exigidos. Um outro documento é análise de risco. A análise de risco ela contém como a
1034 Denise comentou uma análise histórica, um levantamento de cenários acidentais semelhantes aos que podem
1035 acontecer naquela instalação. E então, esse levantamento do histórico de acidentes, dos tipos de acidentes e das
1036 tipologias acidentais já faz parte de um outro documento que é apresentado que é obrigatória a apresentação
1037 dentro do processo de licenciamento. E então essa informação já está contemplada num documento mais
1038 apropriado. E o plano de emergência também como foi comentado aqui ele tem mais o sentido de escrever as
1039 ações a serem tomadas após o acidente. E então é um documento muito mais para depois do acidente acontecer
1040 do que para antes, é muito mais prospectivo do que retrospectivo.

1041
1042 **Roberto Alves Monteiro – Ex-Conselheiro Honorário do CONAMA**

1043
1044 Só para complementação, veja bem, eu vejo que está mais que claro que o objetivo dessa Resolução é pontual, é
1045 concreto em cima do plano é o termo de referência de elaboração do plano de emergência individual para atender
1046 aos requisitos legais que vão ser exigidos no licenciamento e tudo mais. Dados como ele já falou, nós já temos
1047 estudos de risco em termos de cada um dos licenciamentos. E se você pensar nos acidentes que aconteceram no
1048 Brasil pelo menos com embarcação, por exemplo, autoridades competentes em termos de fiscalização e até multa
1049 é a Marinha. Então, a Marinha também tem isso tudo tabulado, cada acidente que houve no Brasil desde 1900 e
1050 antigamente ao acidente que teve com Angra está lá registrado tantas toneladas de óleo, onde atingiu onde não
1051 atingiu e qual foi a multa. Então a questão toda de um grande sistema de informação, os dados estão aí, já
1052 existem. A sistematização de uma informação dentro do Sisóleo é eles desenvolverem os mecanismos. Agora é
1053 dentro de uma outra ótica, uma outra nacional de fazer um Banco Nacional. Isso aí, não. Isso aí é individual.

1054
1055 **Rosalvo Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**

1056
1057 Eu queria consultar aos colegas se alguém tem mais algum pronunciamento para a gente encerrar essa parte da
1058 pauta e ir para os encaminhamentos sugeridos. Então, de sugestões aqui captadas, tem a sugestão da gente
1059 fazer um convite ao SINDARMA Sindicato dos Armadores e previamente envia a proposta de Resolução e pede na
1060 medida do possível que eles enviem as suas sugestões e seus comentários, compareçam na reunião no dia que a
1061 gente marcar aqui. A mesma coisa com a Confederação dos Trabalhadores Marítimos. A mesma coisa com a
1062 Defesa Civil do Ministério da Integração e tinha me esquecido, o meu ex-chefe, colega do nosso secretário de
1063 portos do Governo Federal, que inclusive até me chamou para trabalhar com ele.

1064
1065 **João Emílio Freire – Federação Nacional dos Transportes**

1066
1067 Você acabou esquecendo, a ABTP.

1068
1069 **Rosalvo Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**

1070
1071 É, ABTP.

1072
1073 **Marcelo Assis –Assessor Técnico da Secretaria Executiva do CONAMA**

1074
1075 O que eu pediria é que passassem para a gente se possível por escrito os contatos, endereço e tal, me passassem
1076 para o endereço do CONAMA ou para o meu próprio, Marcelo.assis@mma.gov.br. É no próximo a gente
1077 encaminharia.

1078
1079 **Rosalvo Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**

1080
1081 Está bom, tem mais algum outro encaminhamento?

1082
1083 **Marcelo Assis –Assessor Técnico da Secretaria Executiva do CONAMA**

1084
1085 Eu teria a proposta assim, como eu falei, eu não esperava deliberar sobre a proposta, mas alguma deliberação eu
1086 espero. Uma delas seria a gente vai se debruçar sobre a proposta na próxima reunião, a Câmara Técnica analisar

1087 essa proposta, o mérito e o conteúdo? Seria isso? Eu acho que na minha opinião, já que já vem uma proposta de
1088 um GT já bastante discutido, não seria o caso de criar um GT. É claro que vocês podem pensar que a Câmara
1089 Técnica tem que pensar isso, não sou eu que tenho. Então, na próxima a gente analisaria, convidaria e claro que
1090 a gente manda o convite, todo mundo pode difundir o convite para a próxima reunião.
1091

1092 **João Emílio Freire – Federação Nacional dos Transportes**
1093

1094 Nessa próxima reunião então seriam analisadas inclusive sugestões aqui quanto à redação definitiva aprovada a
1095 redação definitiva.
1096

1097 **Rosalvo Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**
1098

1099 E ouvindo essas entidades aqui. Exatamente, seria algum você aperfeiçoamento a ser colocado. OK. Claro, a
1100 gente precisa de vocês na próxima reunião evidentemente, até porque como vão vir essas cinco entidades e era
1101 importante vocês ouvirem, a não ser que eles apresentem alguma coisa tão contrária, a gente debateria, finalizaria
1102 e aprovaria já na próxima reunião, seria um compromisso nosso.
1103

1104 **Marcelo Assis –Assessor Técnico da Secretaria Executiva do CONAMA**
1105

1106 Lembrando que a deliberação é exclusiva dos Conselheiros, os senhores votarão, mas é claro que as sugestões
1107 serão bem-vindas, até porque nem todo mundo da Câmara Técnica é especialista no assunto. E o que a gente
1108 gostaria também se for possível o pessoal já encaminhar para a gente sugestões de mudança e comentários que a
1109 gente já poderia disponibilizar para os demais Conselheiros antes da próxima reunião já viriam com o
1110 conhecimento do que seria discutido. Seria muito interessante até emendas a gente já incorporaria no texto. Seria
1111 o ideal. Outra coisa que eu iria propor, dois dias de reunião.
1112

1113 **Rosalvo Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**
1114

1115 OK. Aí no final a gente vê, faz dois dias e vê a data e combina com todo mundo.
1116

1117 **Maurício Borato Viana – Entidades Ambientalistas da Região Sudeste**
1118

1119 Senhor Presidente, antes de encerrar esse item, mesmo reconhecendo que talvez no âmbito dessa Resolução não
1120 seja o local ideal para essa questão das informações, então eu solicitaria oficialmente que o CONAMA e Secretaria
1121 Executiva pudesse trazer para a gente.
1122

1123 **Rosalvo Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**
1124

1125 OK. viu Marcelo? O segundo encaminhamento desaponto é o pedido do nosso colega com a relação à vinda de
1126 alguém do Ministério do Meio Ambiente que pudesse explicar o Sistema de Informação de Plano de Contingência.
1127 Então não tendo mais nada a tratar do item 6. 1 da pauta eu passo agora para o item 7, o 7.1 propostas
1128 apresentadas pelo Ministério das Minas e Energia sobre do baixo impacto o licenciamento de pesquisa mineral,
1129 relevância de caverna e definição de passivo ambiental. Antes de passar a palavra para o Marcelo, eu agradeço à
1130 Alessandra e ao pessoal que também nos ajudou no debate fiquem convidados se quiserem a continuar
1131 participando conosco aqui da nossa Câmara e o Marcelo comunica para vocês qual seria a próxima data e já ficam
1132 sabendo de antemão que serão dois dias, face a relevância do tema e a qualidade de pessoas que nós vamos
1133 ouvir e debater. No mais, agradeço e até uma próxima e boa viagem de retorno a vocês. Com a palavra então a
1134 direção do CONAMA para o item 7. 1.
1135

1136 **Marcelo Assis –Assessor Técnico da Secretaria Executiva do CONAMA**
1137

1138 Bem, essas propostas do Ministério das Minas e Energia estavam trabalhando sobre o assunto, a gente ainda não
1139 recebeu oficialmente, mas a gente convidou a professora Nóris, a Cristina foi chama-la para falar desses
1140 documentos em que foram feitos alguns trabalhos de consultoria. Foi contratada uma consultoria do PNUD para
1141 debruçar sobre esse assunto e fazer propostas ao CONAMA. A idéia é que esse assunto volte na próxima
1142 reunião, aí já quando a gente já receber o encaminhamento oficial, mas ela iria fazer uma breve introdução do
1143 assunto aqui. Então, ela já está vindo. E pela informação na reunião da Câmara Técnica anterior isso estaria um
1144 pouco envolvido com o item 7.3. Isso também estaria um pouco envolvido com o 7.3. São duas resoluções que
1145 tratam de licenciamento da atividade mineral. Essas resoluções tem o seguinte problema. Elas se referem a um
1146 decreto que foi revogado, as classes minerais, então a gente teria que rever isso, como a gente faria. O item 7.1
1147 tem alguma coisa a ver com o item 7.3. E o item 7.2 também, eu coloquei na pauta, porque ele foi ventilado na
1148 reunião anterior. Se você puder projetar aí a transcrição da reunião anterior, está num destaque bem amarelo.
1149 Pode começar pela página 48, o destaque em amarelo. Foi uma proposta do Estado do Pará que queria discutir
1150 aqui na Câmara Técnica a questão de criação de unidades de conservação, onde existem recursos minerais, mas

1151 ficou para essa próxima reunião e teve uma mudança da Câmara Técnica, não chegou também a ser apresentada
1152 uma proposta, mas eu coloquei aqui, não sei se o Ministério das Minas e Energia teria alguma coisa para falar a
1153 respeito. E claro que os assuntos gerais está aberto também para quem quiser propor outra coisa. A gente pode
1154 discutir a data?

1155
1156 **Rosalvo Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**

1157
1158 Eu acho que enquanto a Nórís está vindo a gente poderia pensar qual seria a data da nossa próxima reunião
1159 lembrando que ficaremos aqui dois dias fazendo o debate.

1160
1161 **Marcelo Assis –Assessor Técnico da Secretaria Executiva do CONAMA**

1162
1163 Eu tenho como sugestão dezoito, 20 e 21 de julho, dois dias desses três que, porque tem a plenária dia 3 e 4 e a
1164 segunda semana.

1165
1166 **Rosalvo Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**

1167
1168 Julho, mês de férias, eu acho meio complicado.

1169
1170 **Marcelo Assis –Assessor Técnico da Secretaria Executiva do CONAMA**

1171
1172 Pois é, é uma proposta.

1173
1174 **Rosalvo Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**

1175
1176 Então não poderia ser na primeira semana de agosto?

1177
1178 **Marcelo Assis –Assessor Técnico da Secretaria Executiva do CONAMA**

1179
1180 Na primeira semana de agosto, me parece... 21 é sábado, mas pode ser em agosto.

1181
1182 **Rosalvo Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**

1183
1184 Vamos escolher a primeira semana de agosto, o que os senhores acham?

1185
1186 **Marcelo Assis –Assessor Técnico da Secretaria Executiva do CONAMA**

1187
1188 A semana de seis a dez.

1189
1190 **Rosalvo Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**

1191
1192 Tem dois dias de julho, 30 e 31 de julho, vai até o dia 3.

1193
1194 **Marcelo Assis –Assessor Técnico da Secretaria Executiva do CONAMA**

1195
1196 Tá, eu estarei de férias nessa época mas tem o suplente, no caso o Fernando é o suplente da Câmara Técnica.

1197
1198 **Fernando Caminati – Assessor Técnico do CONAMA**

1199
1200 Eu sou Fernando Caminato, eu sou Assessor Técnico do CONAMA e assessoro as Câmaras de Economia,
1201 Assuntos Jurídicos, e agora suplente aqui na de Atividades Minerárias, Energéticas e de Infra-Estrutura.

1202
1203 **Marcelo Assis –Assessor Técnico da Secretaria Executiva do CONAMA**

1204
1205 Então mesmo que eu esteja de férias não seria problema.

1206
1207 **Rosalvo Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**

1208
1209 Eu só pediria aos senhores que no dia 6 eu vou estar em Piranhas na reunião do Comitê de Bacias do São
1210 Francisco.

1211
1212 **João Emílio Freire – Federação Nacional dos Transportes**

1213
1214 Eu provavelmente terei um problema no dia 7 e 8.

1215
1216 **Marcelo Assis –Assessor Técnico da Secretaria Executiva do CONAMA**

1217
1218 2 e 3 de agosto, quinta e sexta.

1219
1220 **Rosalvo Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**

1221
1222 Pode ser 2 e 3 ou nove e dez.

1223
1224 **João Emílio Freire – Federação Nacional dos Transportes**

1225
1226 2 e 3 então, Marcelo. OK então, 2 e 3 de agosto. Começando de manhã ou de tarde?

1227
1228 **Marcelo Assis –Assessor Técnico da Secretaria Executiva do CONAMA**

1229
1230 De manhã, pode ser. Esperamos que até lá a situação dos aeroportos já tenha sido resolvida. Então está bom,
1231 dez horas.

1232
1233 **Rosalvo Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**

1234
1235 2 e 3 de agosto então. Bom, se tive em mais algum outro assunto a colocar a gente pode colocar agora.

1236
1237 **Maurício Borato Viana – Entidades Ambientalistas da Região Sudeste**

1238
1239 A questão da mineração ainda vai ser analisada hoje, parece que houve uma moção, a mineração do Rio.

1240
1241 **Marcelo Assis –Assessor Técnico da Secretaria Executiva do CONAMA**

1242
1243 Não, aquilo já foi resolvido. Na realidade as moções teve uma mudança de regimento elas não tramitam mais para
1244 Câmara Técnica, então ela foi remetida a plenário e ela foi aprovada inclusive. Uma moção que foi aprovada na
1245 última reunião pedindo à cassação de uma portaria de lavra que está dentro de um parque estadual. Por favor,
1246 professora Nóris, eu peço que se apresente, por favor.

1247
1248 **Nóris Diniz – Ministério de Minas e Energia**

1249
1250 Boa tarde, vocês desculpem a minha ausência, mas tive que tratar de uma outra questão urgente com o secretário,
1251 quando a gente está na casa da gente é mais complicado, porque eles acham a gente fácil. Então, eu estou vindo
1252 para fazer uma proposta em função do histórico aqui dessa Câmara desde 2003, 2004, a última reunião foi em
1253 maio de 2006 e o grupo de geologia e mineração tem feito algumas propostas no sentido de subsidiar a Câmara
1254 Técnica nas atribuições da Câmara, que são justamente trabalhar os padrões, as normativas para essas questões
1255 aí dentro, subsidiando o CONAMA. Então, desde 2004 para cá, a Maria José que é a responsável pela nossa área
1256 de sustentabilidade da mineração e o Hélder Naves trabalharam no sentido de fomentar e desenvolver projetos
1257 junto ao PNUD, para o esclarecimento de alguns conceitos e alguns padrões que subsidiariam as normativas aqui.
1258 Então foi um esforço bastante concentrado ali na secretaria, um esforço bem consciente e bem pró-ativo, no
1259 sentido de buscar essas propostas ao PNUD, conseguir esses projetos, realizar, acompanhar esses projetos com
1260 várias oficinas, e se chegou a um resultado que está, é um resultado bastante consistente, extenso aqui, sobre os
1261 temas de atividades de baixo impacto na mineração, o tema de licenciamento ambiental para atividades minerais
1262 de baixo impacto e a questão de cavernas e cavidades aí, que é relevância de cavidades naturais subterrâneas e
1263 contextualização de impactos ambientais e aspectos jurídicos. Então, eu trouxe aqui os relatórios ainda
1264 preliminares de junho e julho do ano passado e a gente tem ali os relatórios finais que foram entregues no final do
1265 ano, e a gente tinha colocado isso dentro, entrou aqui na pauta dessa reunião dentro de assuntos gerais e eu
1266 queria trazer uma proposta aqui para a Câmara Técnica como foi um esforço bastante sério e consistente, a gente
1267 chegou a um resultado que a gente considerou muito consistente para apresentar para a Câmara, e a gente queria
1268 fazer uma proposta de colocar esses temas para uma apresentação mais longa, não em termos de assuntos
1269 gerais, mas dentro da pauta da próxima reunião da Câmara Técnica. Aí a gente teria condições de apresentar
1270 para todos os representantes e para os interessados que vem como observadores na reunião da Câmara, todos
1271 esses estudos que foram consistidos aí com mais calma. Acho que são questões que estão por exemplo a questão
1272 de cavernas está demandando até a substituição de um decreto, foi baseado também nesse estudo aqui, a
1273 questão de licenciamento também e então eu acho que para a gente tratar isso ao final da tarde dentro de
1274 assuntos gerais, por um lado a gente não estaria dando oportunidade aos membros de terem conhecimento do
1275 material de qualidade produzido. E por outro, eu acho que o conhecimento desses conceitos aqui dessa formação
1276 e desses estudos que são inéditos e demandaram esse esforço grande, eles vão ser muito importantes para
1277 subsidiar posições aí da Câmara na formulação das normativas na seqüência dos trabalhos. Então essa é a minha
1278 proposta.

1279
1280 **Maurício Borato Viana – Entidades Ambientalistas da Região Sudeste**

1281
1282 Senhor Presidente, eu solicitaria da Nórís se teria como disponibilizar isso para a gente antes da reunião para a
1283 gente já poder ler antes.

1284
1285 **Marcelo Assis –Assessor Técnico da Secretaria Executiva do CONAMA**

1286
1287 Sendo encaminhado oficialmente ao CONAMA a gente disponibiliza na página.

1288
1289 **Francisco José Sadeque – Ministério de Minas e Energia**

1290
1291 Eu ia sugerir exatamente, foi aqui de consenso nosso, foi unânime então que o material pelo menos uma síntese
1292 do material produzido, do material de qualidade produzido fosse encaminhado para que houvesse pelo menos um
1293 entendimento prévio, anterior à data da próxima reunião.

1294
1295 **João Emílio Freire – Federação Nacional dos Transportes**

1296
1297 Eu pediria até que não fosse uma síntese que na reunião a gente já pudesse conversar especificamente sobre o
1298 ponto de onde haja alguma dúvida ou alguma controvérsia, eu acredito que controvérsia não seja a melhor palavra,
1299 porque vocês fizeram um trabalho cuidadoso, mas alguma coisa em que se queira um esclarecimento maior.

1300
1301 **Nórís Diniz – Ministério de Minas e Energia**

1302
1303 Não teria problema, porque o material já está em formato de relatório final e além dos relatórios a gente tem
1304 também apresentações em power pointer que contempla as duas necessidades, uma síntese e o material
1305 completo aí, e isso seria mais produtivo para a próxima reunião, já acompanhariam esse resultado.

1306
1307 **Maurício Borato Viana – Entidades Ambientalistas da Região Sudeste**

1308
1309 Só no momento que tinha sido elencado, eu perguntaria a Nórís se também está incluída essa questão do passivo
1310 ou não, ou não foi desenvolvido um estudo nesse sentido? Porque aqui está dizendo baixo impacto, licenciamento
1311 de pesquisa, relevância de caverna e definição de passivo. Esse último item também está contemplado ou não?

1312
1313 **Nórís Diniz – Ministério de Minas e Energia**

1314
1315 Passivo ele está dentro daquele estudo debaixo impacto também.

1316
1317 **Maurício Borato Viana – Entidades Ambientalistas da Região Sudeste**

1318
1319 Então está incluído. Obrigado.

1320
1321 **Rosalvo Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**

1322
1323 Eu queria só perguntar então que essa proposta na pauta no item 7. 1 acaba batendo na Resolução 8 e 9 de 90
1324 sobre licenciamento de atividade mineral. E então nós vamos precisar, se for o caso ao acatar o estudo, enfim ao
1325 debatê-lo a gente vai encaminhar no sentido de alterar a 08 e 09 de 90, é isso? .

1326
1327 **Nórís Diniz – Ministério de Minas e Energia**

1328
1329 Rosalvo, eu sinceramente como não estava acompanhando esse assunto e hoje eu estou substituindo aqui quatro
1330 pessoas que na seqüência estavam viajando, eu acompanhei as oficinas dos trabalhos, dos estudos, acompanho
1331 os temas aí, mas esse detalhe específico eu não saberia te responder. Então eu sugiro que a gente adie também,
1332 postergue esse item de pauta também.

1333
1334 **Rosalvo Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**

1335
1336 Então, salvo um entendimento diferente de outros colegas, eu achava importante então para manter a formalidade
1337 do Ministério das mínimas e energia encaminhar para a secretaria do CONAMA e a secretaria do CONAMA
1338 disponibiliza e ao mesmo tempo encaminha para todos nós, e já fica como segundo ponto de pauta da nossa
1339 reunião do dia 2 e 3, lembrando que, como o outro tema já tem um histórico maior e já está a ponto de ser
1340 aprovado já para ir para o plenário, então aquele tema precede a este e este já fica como próximo ponto de pauta
1341 da próxima reunião, está bom?

1342

1343 **Nóris Diniz – Ministério de Minas e Energia**

1344

1345 Mas esse aqui não poderia ficar em assuntos gerais?

1346

1347 **Rosalvo Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**

1348

1349 Pode, o item 7. 3 continua aí. Está bom.

1350

1351 **Marcelo Assis –Assessor Técnico da Secretaria Executiva do CONAMA**

1352

1353 A gente pode analisar aí também no decorrer até a próxima reunião se for interessante, se tiver algo mais concreto a gente já encerra. Vai ser 2 e 3 de agosto.

1354

1355

1356 **Rosalvo Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**

1357

1358 Bom, não tendo mais nada a tratar no item 7.1, eu passo para o item 7. 2. O endereço para o pessoal acessar. Cada um vai pagar sua impressão. Bom, não tendo mais nada no item 7.1 e aprovado o encaminhamento passamos para o item 7.2 proposta apresentada na reunião anterior, criação de unidades de conservação e áreas de mineração.

1360

1361

1362

1363 **Marcelo Assis –Assessor Técnico da Secretaria Executiva do CONAMA**

1364

1365 Esse como eu falei, eu falei aqui um pouco no intervalo, pode até projetar, foi uma reunião que surgiu na reunião anterior proposta pelo governo do Pará. Isso assim ficou para a próxima reunião, a Câmara Técnica não reuniu. Eu consulto uma providência, se poderia se solicitar o Governo do Pará alguma proposta mais concreta por escrito, ou outra providência poderia ser o próprio Ministério das Minas e Energia propor a discussão, eles questionam a criação de unidades de conservação em áreas com recursos minerais, o que vocês acharem mais conveniente.

1367

1368

1369

1370

1371

1372

1373

1374

1375

1376

1377

1378

1379

1380

1381

1382

1383

1384

1385

1386

1387

1388

1389

1390

1391

1392

1393

1394

1395

1396

1397

1398

1399

1400

1401

1402

1403

1404

1405

Nóris Diniz – Ministério de Minas e Energia

Sobre esse tema aqui eu acho que seria interessante a gente mantê-lo como tema de discussão no sentido de a gente tem na prática aqui no MME na própria SGM trabalhado no contorno de unidades de conservação como foi no caso da BR 163, e então numa posição de entendimentos, de negociação propositiva, pró ativa e positiva, a gente tem trabalhado nesse sentido, tanto da discussão das categorias das unidades de conservação quanto na prática quando nós somos consultados, na situação de não impedimento da criação da unidade de conservação, a gente trabalhar nessa questão do contorno. Então nesse sentido, como isso tem vindo para o Ministério só a posteriori as consultas públicas, a gente tem até uma proposição de que esse tipo que o sistema e a tramitação da criação de unidades de conservação venha para os setores, para os Ministérios antes de ser levada à consulta pública, que circule no governo antes de ser levado à consulta pública e o que tem acontecido é que tem ido primeiro à consulta pública e depois vem para os Ministérios. E na prática nós é que temos trabalhado aqui no geo processamento para realizar esse controle. Então eu acho que esse tema é muito interessante para que seja um tema estruturado aqui para o debate, para uma discussão para que saia uma proposta da Câmara Técnica nesse sentido, tanto na criação, na consideração aí do SNUC, das várias categorias, quanto na seqüência aí da tramitação. Porque a gente sabe ali do PNAP que nós temos aí previstos 45 milhões de hectares de unidades de conservação a serem criados em 2007 e 2008. E que quem vai custear são 45 milhões de hectares previstos para serem criados e não é para 2020, é para 2007 e 2008, e que quem vai custear a implantação dessas unidades de conservação é a compensação financeira. Se é compensação financeira, é compensação ambiental. E então, nesse sentido o Ministério das Minas e Energia tem uma grande participação nisso, consideração as empresas de mineração, a Vale do Rio Doce, considerando a Petrobrás e considerando os empreendimentos de geração

1406 hidrelétrica. Então, a gente gostaria de estar participando mais desse processo, eu acho que é um tema muito
1407 interessante e estratégico para ser tratado aqui na Câmara.

1408
1409 **Rosalvo Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**
1410

1411 Eu consulto ao Marcelo e demais colegas, eu acho que o encaminhamento podia ser assim, o CONAMA faz uma
1412 correspondência ao governo do Pará já que foi o Governo do Pará que levantou a questão, consulto ao governo
1413 do Pará que encaminhamento gostaria de dar baseado no que disse o seu representante e encaminha também a
1414 mesma correspondência ao Ministério das Minas e Energia, e aí eu achava importante para a gente começar a
1415 fazer o debate em termos efetivos e a gente ter talvez um texto de início ou algumas idéias iniciais em que daí de
1416 posse desse material a gente possa então ver se monta um Grupo de Trabalho, se parte para escrever uma
1417 proposta de Resolução, de modo que a gente trabalhe com coisas objetivas e não fiquemos...

1418
1419 **João Emílio Freire – Federação Nacional dos Transportes**
1420

1421 Eu gostaria de sugerir que talvez até mesmo antes de recebermos essa proposta, se o Marcelo poderia nos
1422 disponibilizar a todos do Conselho já essa ata, esse pedaço de proposta do governo .

1423
1424 **Marcelo Assis –Assessor Técnico da Secretaria Executiva do CONAMA**
1425

1426 Está disponível no site da última reunião.

1427
1428 **João Emílio Freire – Federação Nacional dos Transportes**
1429

1430 Mas com identificação de onde é e o que foi.

1431
1432 **Marcelo Assis –Assessor Técnico da Secretaria Executiva do CONAMA**
1433

1434 Posso fazer um pequeno extrato da ata.

1435
1436 **João Emílio Freire – Federação Nacional dos Transportes**
1437

1438 E o endereço para a gente localizar isso aí, facilitaria bastante. E a gente já poderia ir tomando pé na questão para
1439 já quando receber a proposta do Pará já poder, acho que aí já adiantaria para todos.

1440
1441 **Roberto Alves Monteiro – Ex-Conselheiro Honorário do CONAMA**
1442

1443 Bom, na leitura que a gente fez ali da ata naquele negócio me pareceu mais que era uma apresentação de
1444 preocupação do Pará com a necessária articulação entre as partes para evitar o confronto, ou melhor dizendo,
1445 evitar criar-se uma área impedindo sem uma consulta prévia, sem uma articulação entre as partes. Porque em
1446 verdade unidades de conservação tem diversos tipos, tem unidades de conservação dentro de flonas e áreas de
1447 proteção ambiental, APAs e outros tipos de unidade de conservação que são de uso indireto ou sustentável.
1448 Então, pelo o que eu entendi ali uma grande preocupação dele era exatamente essa questão de não haver essa
1449 articulação, de não haver esse entendimento entre as partes e causando uma dicotomia de se criar uma unidade
1450 de conservação com uma jazida fenomenal, digamos assim. Se houvesse uma conversação anterior ou a unidade
1451 seria menor ou qualquer outra coisa nesse sentido, quero crer.

1452
1453 **Rosalvo Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**
1454

1455 Então, salvo entendimento diferente, fazemos os dois encaminhamentos das correspondências ao governo do
1456 Pará e ao Ministério das Minas e Energia e a segunda o Marcelo encaminha o endereço do link certinho para que
1457 todos possamos acessar não havendo mais nada a tratar no item 7.2, passamos para o item 7.3 revisão das
1458 resoluções sobre licenciamento da atividade mineral.

1459
1460 **Marcelo Assis –Assessor Técnico da Secretaria Executiva do CONAMA**
1461

1462 Como eu já ventilei um pouco, essas resoluções existe uma dúvida, se elas estariam vigentes ou não e a
1463 necessidade de substituí-las, porque são duas resoluções que se referem à licenciamento de classes de minerais,
1464 essas classes eram definidas por um decreto que foi revogado. Então, eu não sei o que a gente poderia fazer, de
1465 repente a gente já poderia constituir um processo, já pedir um parecer das áreas técnicas e jurídicas e trazer na
1466 próxima reunião.

1467
1468 **Rosalvo Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**
1469

1470 É, Marcelo, já você falando eu tinha pensado nisso e juntar e já pedir um parecer da Consultoria Jurídica do
1471 Ministério do Meio Ambiente, na medida em que esse parecer ficar pronto, já encaminhar para os membros da
1472 Câmara, de modo que quando a gente sente na próxima reunião, se já tiver pronto, que a gente receba
1473 previamente já faz a leitura e já vamos pensando nos encaminhamentos a serem dados. Ao mesmo tempo, eu
1474 achava importante, salvo entendimento diferente do Ministério das Minas e Energia, que após a leitura desse
1475 parecer, que ele também já pensasse até porque tem ligação um pouco com os trabalhos desenvolvidos no item
1476 7.1 sobre os desdobramentos do resultado da consultoria do MMA. Porque pode ser pelo sim e pode ser pelo não.
1477 Se for pelo sim, qual é a implicação, se for pelo não, qual é a implicação também que isso terá? Eu não queria
1478 adiantar. Então, eu acho que quem está com a palavra um pouco aí é o Ministério das Minas e Energia nos
1479 desdobramentos de sugestões para a continuidade dos trabalhos da Câmara com relação a este assunto.
1480

1481 **Nóris Diniz – Ministério de Minas e Energia**

1482
1483 Então, como no item anterior, eu sugeriria uma correspondência ao MME, solicitando também um parecer da
1484 consultoria jurídica do Ministério para que a gente possa viabilizar a posição, principalmente considerando que o
1485 Ministério das Minas e Energia não tem assento na Câmara em representação. Então, para a gente não demandar
1486 depois e enviar o parecer do Ministério do Meio Ambiente para a Câmara e a gente não ter o contraponto da
1487 posição como a gente não tem representação na Câmara, então a minha sugestão é que a Câmara envie uma
1488 correspondência ao MME, pedindo um parecer da Consultoria Jurídica e da Secretaria de Geologia, Mineração e
1489 Transformação Mineral.
1490

1491 **Paulo Garcia - Ministério da Defesa**

1492
1493 Eu só estou ouvindo muito aí sobre mineração, criação de unidade de conservação em área de mineração, mas o
1494 Ministério das Minas e Energia tem feito alguma correspondência disso tudo com a Resolução 369 de 2006, de
1495 APP? Porque isso foi tão debatido na plenária do CONAMA, esses assuntos todos foram muito debatidos. Então,
1496 o que nós fizemos daqui para frente tem que se encaixar com a 369 ou propor mudanças também na 369 e não
1497 na 89 somente.
1498

1499 **Nóris Diniz – Ministério de Minas e Energia**

1500
1501 Eu com certeza esses sistemas estão encadeados, porque quem participou da Resolução de APP justamente
1502 verificou a necessidade da gente refinar os conceitos que apesar de estarem previstos na Resolução o conceito
1503 não estava claro, principalmente em relação a baixo impacto, em relação a cavidades, porque da forma que a
1504 Resolução em relação à cavernas considera, caverna é uma cavidade onde pode entrar homem, e então a gente
1505 fecha Carajás, porque existe muita cavidade na formação geológica ali da ocorrência de Carajás. E então o que
1506 houve foi uma necessidade de refinamento de precisão nos conceitos que são aplicados nas normativas. Então,
1507 em relação a essa revisão das resoluções, os sistemas estão encadeados.
1508

1509 **João Emílio Freire – Federação Nacional dos Transportes**

1510
1511 Eu queria propor à Câmara saber primeiro do Marcelo se isso é possível ou não. O escopo da Câmara também
1512 sobre atividades minerárias sobre as quais o Ministério das Minas e Energia é não só autoridade do governo, mas
1513 é o repositório maior de informações. Por questões estatutárias, o MME não pode ficar mais na Câmara
1514 oficialmente, mas eu acho que se a gente montar aqui uma Resolução no sentido de que houvesse uma
1515 representação não formal, mas permanente como uma espécie de uma consultoria para que a gente pudesse ter
1516 exatamente esse link que nós estamos tendo com a presença da senhora aqui, para que pudesse esclarecer mais
1517 os assuntos e a gente ter uma melhor condição de deliberação no que for tratado aqui em cima.
1518

1519 **Marcelo Assis –Assessor Técnico da Secretaria Executiva do CONAMA**

1520
1521 É perfeitamente possível ter isso, é tranquilo, a pessoa que seja indicada pelo CONAMA e receba todos os
1522 convites de reunião e todas as deliberações da Câmara, e lembrando que por força do regimento não pode ser
1523 releito, mas ficou o acordo também de que o governo federal sempre que necessário irá convidar os Ministérios
1524 envolvidos e até poderá designar o MME como o seu representante na Câmara Técnica para um assunto
1525 específico que seja de interesse do Ministério.
1526

1527 **João Emílio Freire – Federação Nacional dos Transportes**

1528
1529 Sim, mas talvez ocorram discussões de assuntos que sejam menores do que a vontade do governo federal, mas
1530 no qual o próprio Ministério possa elucidar do assunto e nos dar uma condição melhor de deliberar. Então eu acho
1531 que todas as reuniões e em todos os assuntos que nós tivermos aqui, se nós pudermos contar com esse
1532 repositório seria muito vantajoso para o trabalho da Câmara na minha visão. Eu espero e coloco a questão aí aos
1533 demais companheiros.

1534
1535 **Marcelo Assis –Assessor Técnico da Secretaria Executiva do CONAMA**

1536
1537 Também o Rosalvo falando que está sempre presente na Câmara Técnica, o Ministério das Minas e Energia
1538 também está presente nessa e em outras CâmarasTécnicas.

1539
1540 **Roberto Alves Monteiro – Ex-Conselheiro Honorário do CONAMA**

1541
1542 O que eu queria colocar Marcelo e complementar o que você está colocando é o seguinte. O Ministério das Minas
1543 e Energia não precisa ser convocado para esclarecer assunto A, B ou C. A própria feição da Câmara que é
1544 energética, mineração e tudo mais ela é o próprio Ministério das Minas e Energia, os interesses maiores e
1545 objetivos e missão do Ministério das Minas e Energia. E o regimento não impede, deixa totalmente aberto que
1546 qualquer Conselheiro e até ex-conselheiro, tenha presença constante em qualquer Câmara Técnica que queira
1547 participar, como até por uma questão de princípio de precaução para não ser atropelado pelos fatos, há toda a
1548 justificativa de presença permanente do Ministério aqui nessa Câmara.

1549
1550 **Nóris Diniz – Ministério de Minas e Energia**

1551
1552 Eu queria reforçar porque não só o setor de geologia e mineração, mas o Setor de Petróleo e Gás tem indicação
1553 direta aqui nessa Câmara, mas agora aqui nessa Câmara a gente tendo como existe na plenária do CONAMA o
1554 representante convidado não tendo direito a voto, a gente tendo essa representação como convidado plenamente
1555 filiaria muito mais a comunicação. Todos nós temos assim uma superposição de multi-tarefas e multi-facetas,
1556 então o fato da gente ser comunicado e receber um e-mail do material que está circulando na Câmara, é muito
1557 mais civilizado se a gente tem essa possibilidade da gente estar mantendo essa boa comunicação, isso seria mais
1558 produtivo tanto para a Câmara em termos de esclarecimento quanto para o setor que inclusive como o próprio
1559 Rosalvo falou está apoiando a Câmara Técnica com toda a infra-estrutura.

1560
1561 **Roberto Alves Monteiro – Ex-Conselheiro Honorário do CONAMA**

1562
1563 Só mais dois esclarecimentos então, rosa alvo. Isso que a senhora pede da comunicação permanente no
1564 momento que a Senhora participou aqui a senhora vai ficar chateada do seu e-mail ser atolado de matéria da
1565 Câmara Técnica, e isso eu falo por testemunho próprio. E segundo, essa casa tem demonstrado que mais vale a
1566 voz do que o voto, tá? A voz aqui dentro é que impera, o convencimento e o consenso.

1567
1568 **Marcelo Assis –Assessor Técnico da Secretaria Executiva do CONAMA**

1569
1570 Eu até diria aqui e até pensei agora que o Rosalvo falou que uma das pessoas mais presentes no CONAMA, nas
1571 representações mais presentes talvez seja Minas e Energia, Ministério da Integração e o nosso ex-conselheiro
1572 honorário, acho que estão presentes em todas as reuniões.

1573
1574 **Rosalvo Oliveira Júnior - Ministério da Integração Nacional**

1575
1576 Bom, então não tendo mais em relação ao item 7.3 e como a questão do encerramento a gente já tinha discutido
1577 as questões gerais antes, enquanto a Nóris estava chegando. Consulto aos meus colegas se teriam mais algum
1578 tema ou alguma questão a ser colocada, inclusive os ouvintes também antes do encerramento. Bom, então não
1579 tendo nada a ser colocado eu agradeço a presença de todos, ficamos todos convocados para o dia dois de agosto
1580 para a continuidade da nossa eleição e os pontos de pauta já previamente elencadas e listadas.

1581
1582 **Marcelo Assis –Assessor Técnico da Secretaria Executiva do CONAMA**

1583
1584 Também queria fazer o mesmo agradecimento em nome da Secretaria Executiva em nome de todos e boa viagem
1585 a todos.

1586
1587 **Nóris Diniz – Ministério de Minas e Energia**

1588
1589 Só para reforçar as boas-vindas do Ministério das Minas e Energia, a nossa festa junina está se realizando no
1590 quarto andar, quem quiser dar uma passada ali para comer um bolo de milho, ouvir uma sanfona, é bem-vindo.

1591
1592
1593
1594
1595